

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ECONOMIA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

KATHLEEN ALVES STEPHANOU

**O CRÉDITO E A ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NO BRASIL
PÓS-2003**

Porto Alegre
Dezembro de 2013

KATHLEEN ALVES STEPHANOU

**O CRÉDITO E A ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NO BRASIL
PÓS-2003**

Projeto de Monografia apresentado como requisito à aprovação na disciplina de Técnicas de Pesquisa em Economia do Curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof.^a Cecília Rutkoski Hoff

Porto Alegre
Dezembro de 2013

KATHLEEN ALVES STEPHANOU

O CRÉDITO E A ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NO BRASIL PÓS-2003

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi considerado aprovado para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, 16 de dezembro de 2013.

Prof^a. Leticia Braga de Andrade – Mestre em Economia do Desenvolvimento
Coordenadora da Monografia

Prof^a. Maria Lucrecia Calandro – Doutora em Economia
Coordenadora da Monografia

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Cecília Ruthoski Hoff – Doutora em Economia
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Orientadora

Prof. André Luis Contri – Mestre em Economia
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Prof^a. Kellen Fraga da Silva – Mestre em Economia do Desenvolvimento
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

É a ambição de possuir, mais do que qualquer outra coisa, que impede os homens de viverem de uma maneira livre e nobre.

(Bertrand Russell)

RESUMO

O crédito é uma ferramenta econômica capaz de conferir o adiantamento do poder de compra e assim, gerar a expansividade das atividades de mercado. Todavia, a forma com que este mecanismo foi apresentado à sociedade acarreta o questionamento sobre as suas reais atribuições econômicas. A distribuição do crédito a classe proletária acabou por gerar diferentes externalidades ao processo de acumulação do capital. Neste estudo, pretende-se averiguar se a forma com que o sistema creditício fora implantado na sociedade se relaciona com o desenvolvimento de uma economia desigual. Em particular, o caso brasileiro, objetivando responder se as medidas de estímulo ao crédito as classes de renda mais baixa, a proporcionaram um maior crescimento econômico ou apenas consolidaram a formação de uma população pobre e endividada. Por meio de uma análise acerca do endividamento familiar na economia brasileira, se verificou que o crédito é capaz de condicionar a estagnação e o retrocesso socioeconômico dos agentes contratantes. Ao mesmo tempo, se constatou que o sistema creditício proporciona crescentes ganhos de capital à elite financeira. Deste modo, a sociedade contemporânea, guiada pelo sistema da acumulação, acabou por transformar o crédito num mecanismo propulsor da desigualdade.

Palavras-chave: Capitalismo; exploração; desigualdade; Estado; crédito; dívida; acumulação; baixa renda; Brasil.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Taxa de juros básica – Selic.....	32
Gráfico 2 – Volume total percentual das operações de crédito do sistema financeiro em relação ao PIB.....	33
Gráfico 3 – Evolução do salário mínimo real e nominal (R\$).....	34
Gráfico 4 – Taxa de formalização trabalhista e taxa de contribuintes para previdência social como proporção da população total ocupada.....	35
Gráfico 5 – Percentual dos gastos com o programa bolsa família em relação ao PIB.....	39
Gráfico 6 – Crédito habitacional total da caixa econômica federal – em R\$ bilhões.....	40
Gráfico 7 – Divisão das classes sociais no Brasil – Milhões de pessoas.....	41
Gráfico 8 – Evolução da taxa de juros capitalizada.....	46
Gráfico 9 – Fluxo da amortização e do valor dos juros na tabela price.....	49
Gráfico 10 – Juros cobrados sobre o capital emprestado.....	50
Gráfico 11 – Juros cobrados sobre o custo total pago da contratação.....	50
Gráfico 12 – Participação percentual das dívidas relativas ao cartão de crédito no endividamento total das famílias.....	53
Gráfico 13 – Principais modalidades de endividamento.....	54
Gráfico 14 – Total percentual de famílias brasileiras endividadas.....	54
Gráfico 15 – Total percentual de famílias brasileiras endividadas com contas em atraso.....	55
Gráfico 16 – Média total percentual do endividamento das famílias brasileiras.....	56
Gráfico 17 – Total percentual de famílias brasileiras endividadas sem capacidade de pagamento.....	57
Gráfico 18 – Indicador Serasa experian qualidade de crédito do consumidor – Média 2007-2012.....	61
Gráfico 19 – Comprometimento da renda com pagamento de dívidas.....	62
Gráfico 20 – Distribuição da inadimplência entre os remunerados com até 10 salários mínimos.....	63
Gráfico 21 – Valor total das dívidas entre os inadimplentes.....	63
Gráfico 22 – Atribuições do inadimplemento das famílias.....	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução das estatísticas do programa bolsa família.....	38
Quadro 1 – Comparativo da dívida com e sem a incidência de capitalização.....	51
Tabela 2 – Dados Contratuais.....	45
Tabela 3 – Evolução da Dívida Contratual com Incidência do Anatocismo.....	46
Tabela 4 – Resultado da simulação do custo efetivo.....	47
Tabela 5 – Price: Contrato de crédito pessoal simulado.....	48
Tabela 6 – Percepção do grau de endividamento das famílias por faixa salarial.....	60

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	AS FONTES DE ALIMENTAÇÃO DO CAPITALISMO	11
2.1	FUNDAMENTOS DO REGIME CAPITALISTA	11
2.2	A SUCESSÃO DOS REGIMES DE ACUMULAÇÃO.....	17
2.3	CRÉDITO: UMA MUTAÇÃO DO CAPITALISMO MODERNO.....	21
2.4	O PARADOXO DO CICLO CREDITÍCIO	23
2.5	A PARTICIPAÇÃO DO ESTADO	27
3	A EXPANSÃO DO CRÉDITO NA ECONOMIA BRASILEIRA (2003-2012)	31
3.1	CONDUÇÃO DA POLÍTICA MACROECONÔMICA	31
3.2	INCLUSÃO SOCIAL.....	36
3.2.1	Fome Zero	37
3.2.2	Programa Bolsa Família	37
3.2.3	Minha Casa Minha Vida	39
3.3	O PARADOXO DO SISTEMA BRASILEIRO	41
4	IMPLICAÇÕES DO ENDIVIDAMENTO AO CONSUMIDOR BRASILEIRO .	44
4.1	ANATOCISMO	44
4.1.1	Cheque Especial	45
4.1.2	Contrato de Crédito Pessoal	47
4.2	O ENDIVIDAMENTO DO BRASILEIRO.....	52
4.3	O ENDIVIDAMENTO POR FAIXA DE RENDA	60
5	CONCLUSÃO	66
	REFERENCIAS	68

1 INTRODUÇÃO

O caráter das sociedades contemporâneas é formado pelo capitalismo, onde a divisão entre o capital e a força de trabalho se constitui como alicerce para reprodução do capital. Deste modo, o sistema capitalista é assentado pelo confronto entre duas classes diretamente opostas, formado pela burguesia detentora do capital, e pelo proletariado que detém apenas a sua capacidade de trabalho. Como a classe proletária não dispõe dos meios que lhe permitem materializar suas competências, suas ações acabam submetidas à venda da sua força de trabalho aos capitalistas – detentores destes recursos.

Cabe salientar, que os trabalhadores somente despendem o esforço da sua capacidade de trabalho porque são atraídos pela força do poder de compra proporcionado pelo capital. O poder de compra é a base explicativa para a submissão da classe proletária, pois no sistema capitalista, somente isto concede o acesso ao consumo de bens e serviços. No que diz respeito aos detentores do capital, estes visam unicamente à acumulação de riquezas. Para tal feito, os meios de produção foram transformados em mercadorias, tornando assim efetivas as condições necessárias para a produção e multiplicação das riquezas.

A acumulação capitalista, em sua essência, condicionou seu êxito ao monopólio dos meios de produção, a exploração da força de trabalho alheia, advinda do salário não pago, e a fabricação e consumo de mercadorias. É pertinente apontar que a aplicação deste processo resulta na estruturação de uma sociedade desigual, visto que:

Vai se acumulando assim um montante de riquezas não remuneradas pelo capitalista ao trabalhador [...] que vai permitindo ao capitalista acumular riquezas – sob a forma de dinheiro ou de terras ou de fábricas ou sob outra forma que lhe permite acumular cada vez mais capital -, enquanto o trabalhador – que produz todas as riquezas que existem – apenas sobrevive (SADER, 2013, p.1).

A forma com que a força de trabalho é explorada pela classe capitalista – dominante no sistema – acabou por estabelecer uma conflituosa relação com o proletariado. Por diversas vezes, a resistência operaria criou obstáculos ao processo de acumulação. Ademais, a própria expansividade do sistema produz uma série de consequências, as quais, uma vez ou outra, comprometem sua durabilidade. As barreiras geradas no processo de valorização conduzem o capitalismo ao desequilíbrio e conseqüentemente a produção de crises. Seja pela falta de produção ou falta de consumo, as complexidades da acumulação capitalista assolam empresas, empregos e todos os demais agentes econômicos.

Nesse momento, as intervenções estatais se fazem fundamentalmente necessárias. É requerido que Estado atue de modo a garantir as condicionalidades para o funcionamento do capitalismo. No entanto, também é requerido que atue de maneira a amenizar os danos causados pela voracidade da acumulação. Desta forma, seu papel é condicionado a uma diretriz paradoxal: Construir uma sociedade igualitária sobre um sistema que demanda pela falta de igualdade econômica e social.

É importante expressar que o posicionamento instituído ao longo deste trabalho, parte de que o Estado, no sistema capitalista, coloca-se a benefício dos interesses da classe dominante. Não há neutralidade, suas normas e ações se direcionam a tudo que possa avivar o processo de acumulação e favorecer a elite econômica. Em outras palavras, acredita-se que o papel exercido pelo Estado, seja a criação de meios que possibilitem destruir aquilo que ele próprio, luta para estruturar.

Pelos pontos apresentado, vê-se que, periodicamente, o sistema necessita realizar um processo de reestruturação – uma mutação – que objetiva depurar os efeitos prejudiciais e dar continuidade a mais uma série de períodos acumuladores. Como uma terra virgem, livre para expansão e exploração do seu solo (BAUMAN, 2009).

O sistema de crédito foi introduzido na economia com o objetivo de financiar capital aos agentes econômicos. Ao conferir o adiantamento do poder de compra, sua distribuição é potencialmente capaz de produzir a expansividade do mercado: A oferta de crédito estimula a demanda por consumo, o qual promove o aumento da oferta de bens e serviços que por sua vez, demandam por uma maior quantidade da força de trabalho (IEDI, 2012). Todavia, esse sistema é executado nas economias capitalistas, cujos objetivos estão voltados à acumulação e centralização, cada vez mais abundante, de capital. Assim, torna-se pertinente a indagação sobre a real atribuição do crédito as atividades econômicas.

Seria o crédito apenas uma utopia, na qual os benefícios gerados a partir dele se concentram na elite? Em caso positivo, essa concentração de riqueza poderia acarretar em um aumento das desigualdades sociais?

Com base no exposto, este trabalho objetiva apresentar o crédito como uma nova reestruturação do capitalismo – uma mutação moderna do processo de acumulação. Particularizando o caso brasileiro, serão demonstradas as formas alcançadas pelos capitalistas para a efetivação do acúmulo de capital, dado as distribuições do crédito às classes de renda mais baixa.

Para esta finalidade, primeiramente, no capítulo dois, se abordará sobre a dinâmica do modo de produção capitalista e suas fases de desenvolvimento. Por este meio, será visado

identificar os pilares que conferem a prosperidade do sistema, assim como as complexidades existentes dentro do seu processo de reprodução. Dado tais condicionantes, o capitalismo será apresentado como um sistema de sucessivas crises econômicas, as quais resultam a necessidade de regeneração. Posto isto, será visado demonstrar se os resultados obtidos pelo sistema de crédito, como uma moderna regeneração capitalista, viabilizam os elementos para o decurso da acumulação e centralização do capital.

No capítulo três, será discorrido acerca das medidas que permitiram a expansão do crédito popular na sociedade brasileira, visando relacionar sua evolução com as políticas de inclusão social fundamentadas no governo petista. A partir disto, serão apontadas as possíveis correlações entre os beneficiários governamentais e os consumidores endividados.

Por fim, no capítulo quatro, com indicadores de inadimplência, remuneração salarial, contas em atraso e exemplos do cotidiano, serão expostas as implicações atribuídas ao consumidor brasileiro mediante as contratações de dívida. Desta forma, busca-se responder se o modo como a dívida se consolida perante a sociedade contribui para a solidificação de diferenças socioeconômicas.

2 AS FONTES DE ALIMENTAÇÃO DO CAPITALISMO

Primeiramente, o capítulo abordará sobre a dinâmica do modo de produção capitalista e as suas fases de desenvolvimento. A análise tem por objetivo a identificação dos pilares que conferem sustentação ao sistema, bem como a exposição das complexidades existentes no seu processo de reprodução. Com isso, será visado demonstrar as razões pelas quais o capitalismo tende ao declínio da taxa de mais-valia e conseqüentemente ao desenvolvimento de crises.

Expostas estas considerações, o regime de acumulação será apresentado como um processo fundamentalmente transacional e a partir disso, procurar-se-á sinalar os sucessivos estágios ocorridos na historicidade do sistema capitalista. Dado estas condicionantes, o sistema de crédito será apresentado como uma ferramenta de acumulação e centralização do capital. Pela qual, a classe dominante consegue exercer a extração de mais-valia e consolidar uma nova reestruturação do acumulo de capital.

Diante destes conceitos, será buscado verificar se as bases do regime de acumulação atual apresentam os elementos constituintes do processo inicial da teoria capitalista. Visando, deste modo, demonstrar quais as características proporcionadas pelo crédito se catalogam com os fundamentos requeridos pelo capitalismo.

2.1 FUNDAMENTOS DO REGIME CAPITALISTA

O capitalismo é definido como um sistema econômico, político e social. A sua compreensão foi, e continua sendo, um assunto amplamente abordado entre economistas, sociólogos e historiadores, com diferentes pontos de vista. A abordagem aqui escolhida especifica o sistema segundo o seu modo de produção. Este, por sua vez, se constitui pelas forças produtivas e pelas relações sociais do processo de manufatura. As forças produtivas podem ser caracterizadas por todo o conhecimento técnico e produtivo, especializações e técnicas organizacionais; bem como por ferramentas, máquinas, prédios, entre outros atributos disponibilizados na sociedade para a produção de um determinado bem. O modo de produção deve ser suficientemente eficaz de forma a produzir, numa capacidade sempre crescente, o excedente do capitalista (HUNT, 1989).

O desenvolvimento das forças produtivas é o que fundamenta o processo de valorização. Este processo se inicia na organização do trabalho e se caracteriza pelo conflito

de duas classes opositoras: burguesia, que detém o monopólio dos meios de produção e do dinheiro, e proletariado, que dispõe apenas da sua própria força de trabalho.

A maioria das pessoas, em cada sociedade, trabalha exaustivamente para produzir o necessário para sustentar e perpetuar o modo de produção, bem como o excedente social, enquanto uma pequena minoria se apropria deste excedente e o controla [...] as classes sociais são diferenciadas entre si em função desse fato [...] (HUNT, 1989, p.26).

É com base nestas duas classes que se definem a dialética das relações sociais de produção. As questões envolvidas na forma organizacional do trabalho originaram a luta entre a classe capitalista e a proletária: de um lado, os capitalistas tentam exercer o máximo de controle sobre o tempo de trabalho dos proletariados, do outro, a classe proletária luta incessantemente pela diminuição do mesmo. Isto ocorre porque o trabalhador necessita gerar, basicamente, dois níveis de trabalho. Primeiramente, o trabalhador exerce a sua força de trabalho para repor os gastos que o capitalista tem com o seu salário, em seguida, dedica seu trabalho para a produção da mais-valia do capitalista. Assim, cria-se uma série de conflitos ocasionados “[...] de uma resistência provocada geralmente pelo caráter alienado do trabalho, pelo desgaste do processo de trabalho, ou seja, pelo caráter negativo que ele possui para os trabalhadores [...]” (VIANA, 2009, p.47). Resultantemente, a lógica do sistema se baseia no poder de dominância que a burguesia exerce sobre a classe proletária. Essa dominância tem por objetivo concentrar o capital produtivo e centralizar os lucros financeiros.

De acordo com Hunt (1989), para atingir a sua plena funcionalidade, o sistema apoiou-se em quatro conjuntos de fundamentos institucionais e comportamentais, classificados como: a) produção de mercadorias (orientada pelo mercado); b) propriedade privada dos meios de produção; c) existência de um numeroso proletariado, disposto a vender a sua força de trabalho (na finalidade de manter sua sobrevivência); e d) manifestação de comportamento individualista e maximizador por parte dos indivíduos inseridos em ambos os grupos. Os elementos para entender esses fundamentos são detalhados conforme segue:

a) Produção de mercadorias

Tem por objetivo a agregação de dois valores ao produto: 1) valor de uso, formado pelas características particulares do produto e avaliado por sua utilidade em satisfazer as necessidades humanas; 2) valor de troca, formado pela agregação de valor monetário ao produto; estabelecendo assim uma economia de trocas, na qual as mercadorias em geral podem ser trocadas por moeda. A complexidade da relação entre esses dois valores é expressa por Hunt da seguinte forma:

Para que a produção de mercadorias exista, é preciso que a sociedade tenha um mercado muito desenvolvido, no qual os produtos possam ser livremente comprados ou vendidos em troca de moeda. Existe produção de mercadorias, quando os produtos são fabricados pelos produtores sem qualquer interesse pessoal imediato em seu valor de uso, mas sim, em seu valor de troca. A produção de mercadorias não é um meio direto de satisfação de necessidades. É, isto sim, um meio de adquirir moeda pela troca de produtos por moeda, que, por sua vez, pode ser utilizada na aquisição dos produtos desejados por seu valor de uso (HUNT, 1978, p.27).

Em suma, a produção capitalista de mercadorias é direcionada para a criação de produtos comercializáveis, que são produtos com valores de troca. As mercadorias fabricadas possuem uma utilidade, “[...], no entanto, não são produzidas na sociedade capitalista por serem úteis, e sim porque são portadoras de valor de troca” (VIANA, 2009, p.51). Isso acontece pelo fato de que a comercialização de mercadorias, no sistema capitalista, é guiada pela sua lucratividade e não pela necessidade da sociedade nas mesmas.

b) Propriedade privada dos meios de produção

Significa que todas as variáveis alocadas na produção de um bem têm seu uso determinado e controlado por uma pequena parte da sociedade – os capitalistas. Esse controle é obtido pela propriedade e não necessariamente pela representatividade do capitalista no processo produtivo. A propriedade, por si só, concede ao capitalista o poder necessário para a apropriação do excedente. “Assim, a propriedade dos meios de produção se torna um fator capaz de conceder à classe capitalista o poder pelo qual esta controla o excedente social, estabelecendo-se, a partir daí, como classe dominante” (HUNT, 1989, p.27).

Da mesma forma, o produto também é propriedade do capitalista e não do trabalhador, responsável por sua produção em si. Por assim, é de interesse do capitalista a administração do trabalho e dos meios de produção necessários para a realização do artefato. Ademais, o trabalhador deve executar suas funções sob o controle e domínio do capitalista, pois a este pertence seu trabalho (MARX, 1890).

c) Existência de um grande número de trabalhadores dispostos a vender a sua força de trabalho no mercado

Este é um fator fundamental para a funcionalidade do sistema. Convém ressaltar que os trabalhadores não têm qualquer controle sobre os meios de produção utilizados para a concretização da atividade produtiva; como já visto, este controle encontra-se nas mãos dos capitalistas, proprietários destes recursos. Isso significa que o trabalhador insere-se no mercado com apenas uma apropriação – a força do seu trabalho. Dessa maneira, como nunca

visto na história, o sistema capitalista inicia o processo de mercadorização da força produtiva humana. “A própria força de trabalho do trabalhador se torna uma mercadoria” (VIANA, 2009, p.52). A partir de então, a sociedade é condicionada a viver de acordo com as imposições do sistema; a parcela da população que não possui os meios de produção para a comercialização de bens e mercadorias, acaba obrigando-se a vender a sua força de trabalho mercado. A demanda pela força de trabalho se encontra nos interesses dos investidores de capital. Os capitalistas necessitam desta força para incorporar mão de obra aos meios de produção que lhes pertencem:

O capitalista compra a força de trabalho e incorpora o trabalho, fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, os quais também lhe pertencem. Do seu ponto de vista, o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria que comprou, a força de trabalho, que só pode consumir adicionando-lhe meios de produção. O processo de trabalho é um processo que ocorre entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem (MARX, 1890, p.210).

A iniciação deste processo deu origem ao trabalho assalariado, pois o trabalhador se dispôs a vender a sua força de trabalho em troca de um salário, necessário para a sua sobrevivência. Este conceito traz em si a ideia de que os indivíduos da classe trabalhadora exercem uma dualidade comportamental, pois estes devem se apresentar no mercado como os produtores de mercadorias e, ao mesmo tempo, como a própria mercadoria.

d) Manifestação de um comportamento individualista e maximizador

Esse tipo de comportamento tornou-se estritamente necessário para a harmonização e a execução do capitalismo. Isso porque o sistema necessita rigidamente controlar a classe trabalhadora de modo a assegurar uma oferta adequada ao trabalho. Para tais condições, os trabalhadores devem dedicar-se à produção de mercadorias com valores efetivamente mais elevados daquelas que eles próprios consomem. Inicialmente, isso foi conquistado através dos baixos salários:

[...] os trabalhadores recebiam salários tão baixos que, com suas famílias, viviam nos limites da mais extrema insegurança e pobreza materiais. O único modo claro de reduzir a insegurança e a pobreza era trabalhar mais horas e mais intensamente, para obter um salário mais adequado e evitar ser forçado a juntar-se ao grande exército de trabalhadores desempregados [...] (HUNT, 1989, p.28).

A mercadoria tem por resultado a satisfação das necessidades humanas, seja ela gerada pela subsistência ou pelo simples ato de consumi-las. Assim sendo, em fase posterior a classe trabalhadora passou a ser controlada pela relação intrínseca entre felicidade e consumo. O consumismo impõe à sociedade que as necessidades e infelicidades subjetivas podem ser

supridas pela compra cada vez mais abundante de mercadorias. Essa ligação fundamenta a interdependência existente entre a sociedade de produtores e a sociedade de consumidores, pois as necessidades de um são providas pelos interesses do outro e assim, mutuamente.

Expresso de outra forma, os quatro fundamentos advertem que os pobres são os trabalhadores braçais das diversas áreas da economia e, embora sejam responsáveis pela produção de todos os bens, seus baixos salários restringem-lhes o acesso aos mais diversificados produtos. Sendo assim, para que possam adquirir os bens que eles mesmos produziram, e então tornarem-se úteis segundo a concepção capitalista, precisam se submeter aos mais variados tipos de exploração, dando início a um ciclo degradante no processo de acumulação de capital (HUNT, 1989).

Sem paliativos, “o capitalismo é um sistema parasitário” (BAUMAN, 2009, p.8). E, como todos os parasitas, não consegue prosperar sem prejudicar o hospedeiro. Assim, cedo ou tarde, acaba por destruir as condições necessárias para sua própria prosperidade e sobrevivência.

Dessa forma, de tempos em tempos, o capitalismo necessita buscar, nos mais diversificados agentes econômicos os chamados “hospedeiros” em potencial, dos quais pode se nutrir, prolongar a sua existência e gerar uma série considerável de períodos prósperos. Essa concepção enfatiza que “a força do capitalismo se encontra na qualidade com que o sistema busca e descobre novas espécies hospedeiras, sempre que as espécies anteriormente exploradas se tornam escassas ou se extinguem” (BAUMAN, 2009, p. 10). Na concepção de Rosa Luxemburgo¹ (1970, citado por BAUMAN, 2009) esse conceito de sociedade baseia-se na exploração e o sistema só é capaz de avançar enquanto existirem “terras virgens” abertas à expansão e exploração do seu território.

Se analisado minuciosamente as condicionantes do sistema, será verificado que “[...] o capitalismo tem sido obrigado a recorrer cada vez mais a novos tipos de motivação para manter a classe trabalhadora a produzir o excedente social” (HUNT, 1989, p.28). Como visto anteriormente, os baixos salários obrigavam (e ainda obrigam) grande parte da sociedade a intensificar a sua força de trabalho a fim de obter mais renda para as suas despesas pessoais. Mais recentemente, a intensa produção de necessidades fabricadas, alimentada pela publicidade, por exemplo, torna as mercadorias produzidas mais atraentes para o consumidor dando expressivo suporte a amplificação do consumismo. Este fator estabelece que os sentimentos de infelicidade sejam causados pela falta de mercadorias, o que leva a classe subordinada a uma plena insatisfação salarial.

¹ LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação de capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

O mundo competitivo e economicamente inseguro no qual se movem os trabalhadores cria sentimentos subjetivos de ansiedade, solidão e alienação. A maioria dos trabalhadores vê como causa desses sentimentos sua própria incapacidade de comprar mercadorias suficientes para fazê-los felizes. Mas, na medida em que recebem salários maiores e compram mais mercadorias, verificam que o sentimento geral de insatisfação e ansiedade continua. Então, os trabalhadores tendem a concluir que o problema é que o aumento dos salários é insuficiente. Como não identificam a verdadeira origem de seus problemas, caem num círculo vicioso asfixiante, onde quanto mais se tem, mais necessidade se sente [...] (HUNT, 1989, p.28).

Isso apenas acontece porque o capitalismo é um sistema ambicioso; os pilares de sua formação e durabilidade propiciam os fundamentos para afirmar tal condição. O que de fato se torna relevante é que a ambição, por si só, requer a existência de hierarquias, de camadas econômicas, sociais e culturais heterogêneas. Consequentemente, o sistema capitalista demanda pela formação da desigualdade em sua totalidade; do contrário, nada se faria distinto e nada haveria para ser conquistado. Quem estaria disposto a investir ou quem se deixaria explorar se as dicotomias sociais não se introduzissem presentes no sistema? A partir disso, o último ponto a ser aqui considerado como característica essencial do capitalismo é a contínua e acentuada existência da desigualdade em todos os seus âmbitos.

A desigualdade se encontra presente na genética capitalista e é alimentada pela maneira como a renda é distribuída no sistema de lucro. Os ganhos obtidos pela classe dominante são conquistados pelo usufruto do trabalho não pago aos trabalhadores, ou seja, pela mais-valia². Os empregadores vendem os bens e serviços e conquistam o seu dinheiro pela apropriação do trabalho excedente gerado pela classe operária, o que lhes gera lucro. Parte desse lucro eles guardam para si próprios e enriquecem; a outra parte é novamente investida de modo a lhes resultarem ainda mais lucro nos processos seguintes (MARX, 1890).

Por outro lado, os ganhos dos trabalhadores são advindos do salário pago pela venda da sua força de trabalho. Os salários são remunerações que, em média, se mantêm dentro da esfera básica de sobrevivência. “Os salários no capitalismo são basicamente o que custa a um trabalhador subsistir e manter a família, de modo que os patrões tenham garantida a próxima geração de trabalhadores para explorarem” (GOLDSTEIN, 2012, p.1).

Por esse modo, o capitalismo não pode e nem visa alcançar a igualdade social, econômica e quais mais se manifestam presentes, pois a conquista destas condiciona o sistema

² Mais-valia ou mais-valor, como chamado por alguns autores, é o excedente gerado pela força de trabalho cuja apropriação pertence ao capitalista. No processo produtivo, o capitalista contrata mão de obra do trabalhador para que o mesmo produza serviços ou/e mercadorias. No entanto, este recebe somente parte do que sua força de trabalho produz, a outra parte fica nas mãos dos capitalistas sob a forma de mais-valia (Marx, 1890).

a extinção. E por assim, a sociedade estaria submetida à outra forma de organização, que não o capitalismo.

2.2 A SUCESSÃO DOS REGIMES DE ACUMULAÇÃO

O capitalismo é um sistema que objetiva a acumulação do capital e o aumento da taxa de lucro. Para que isso ocorra, é preciso que se cumpram basicamente três requisitos. O primeiro é representado pela compra de mercadorias e pela venda da força de trabalho por parte da classe proletária; o segundo, pelos constantes investimentos capitalistas que objetivam a acumulação; e, terceiro, pelos gastos de consumo dos próprios capitalistas.

Porém, a formalização desse processo não é algo simples de consolidar. As barreiras geradas no decurso da valoração do capital conduzem o sistema ao desequilíbrio e, conseqüentemente, a produção de crises. Vez ou outra, as complexidades da acumulação capitalista comprometem a sua durabilidade. Deste modo, periodicamente, é requerido que o sistema passe por uma reestruturação – uma mutação – objetivando depurar os efeitos prejudiciais e dar continuidade a mais uma série de períodos acumuladores.

A existência de ciclos, de mudanças de forma no sistema capitalista é reconhecida por muitos autores do pensamento econômico. Alguns deles consideram as suas mutações apenas parte da evolução natural do sistema, outros as classificam como necessidades essenciais para a sua sobrevivência. O fato é que, independente da abordagem estabelecida, a mudança é uma característica básica do capitalismo.

Vê-se que a essência do desenvolvimento capitalista é a produção de mais-valia. Posto isto, o capitalista toma como objetivo a reprodução ampliada desse fator que, por sua vez, da origem à acumulação e à centralização do capital. Entretanto, há limites no modo de produção capitalista que não o permitem a reprodução infinita. A resistência operária, por exemplo, por diversas vezes intimidou o modo de produção do sistema. Isso porque, a exploração sob uma determinada forma de organização do trabalho estabelece uma relação conflituosa entre a burguesia e o proletariado. Essa relação, porém, é expressa pela luta entre classes que vem a ser marcada pela hegemonia burguesa. No entanto, esta hegemonia enfrenta a resistência cotidiana e espontânea do proletariado, que tende a comprometer a mais-valia gerada por sua força de trabalho (VIANA, 2009).

Outro ponto declinante é a chamada tendência geral e espontânea da acumulação capitalista. A contínua produção de mais-valia provoca uma tendência à queda na taxa de lucro médio. Para suprir tal queda, o capitalista recorre ao aumento da exploração, à ajuda

estatal e a outras variáveis. Partindo dessas premissas, Viana (2009, p.31-32) analisa as mudanças do regime capitalista da seguinte maneira:

[...] as conquistas do proletariado interferem na extração de mais-valor, reforçando a tendência de queda da taxa de lucro e esta tendência, realizando-se e provocando a ação reativa da classe burguesa no sentido de aumentar a exploração para compensar tal queda, reforça o descontentamento e a luta do proletariado. Assim, um tende a reforçar o outro e proporcionar uma crise. Esta crise ou gera um processo revolucionário e abolição do capitalismo ou então proporciona uma mudança no interior do capitalismo, isto é, uma mudança no regime de acumulação.

Por este modo, já torna claro compreender as dificuldades de desenvolvimento do sistema e então, as necessidades de reestruturar o regime de acumulação. Ou seja, de mudar a forma assumida pelo capitalismo durante um dado período do seu desenvolvimento. Sempre que a dificuldade der origem a uma crise, a classe proletária ganha forças para a iniciação de uma revolução mundial que, caso não aconteça, abre passagem para um novo regime de acumulação. No entanto, para manter vivo o capitalismo, o novo regime deve tornar o método de valoração mais desgastante e conflituoso, pois precisa estabelecer um processo de exploração mais intenso do que o praticado no regime anterior – o que acarreta mudanças em todas as esferas da vida social (VIANA, 2009).

Se observado o processo histórico da acumulação capitalista, é possível identificar as diferentes formas assumidas ao longo do seu desenvolvimento. A necessidade do sistema em se readaptar às mudanças e às imposições da sociedade fica visível na interpretação de Viana sobre a sucessão dos regimes de acumulação. O autor considera a existência de basicamente quatro estágios de acumulação e os classifica como:

a) Regime de acumulação extensivo que tem sua periodização iniciada na revolução industrial e término ao final do séc. XIX; esse regime é caracterizado pela extração de mais-valia absoluta³, Estado liberal e neocolonialismo.

b) Regime de acumulação intensivo, no qual ocorreu uma intensificação da mais-valia relativa⁴ por intermédio do taylorismo, imperialismo financeiro, Estado liberal-democrático e outros; o regime apresentou durabilidade até a Segunda Guerra Mundial.

³ Com base na teoria marxista, mais-valia absoluta consiste no excedente gerado a partir da extensão da jornada de trabalho; esse método permite ao capitalista a possibilidade de aumentar sua produção e com isso, a obtenção de lucro.

⁴ Mais-valia relativa se baseia na diminuição do trabalho necessário para produção de uma determinada quantidade de mercadorias; ou seja, se baseia no excedente gerado a partir da intensificação do ritmo de trabalho. Os resultados deste processo são adquiridos pela cooperação simples, divisão do trabalho, manufatura e introdução de máquinas nas etapas produtivas. Esses métodos permitem aos capitalistas a possibilidade de aumentar a produção sem que seja necessária a ampliação da jornada de trabalho.

c) Regime de acumulação intensivo-extensivo, atribuído a busca do fordismo em aumentar a extração de mais-valia relativa no bloco imperialista e mais-valia absoluta no bloco subordinado; esta fase foi encerrada ao fim do século XX.

d) Por fim, regime de acumulação integral; esta etapa, que representa o processo atual, conta com o apoio do estado neoliberal para efetivar seus constantes esforços em ampliar, de forma simultânea, a extração de mais-valia absoluta e relativa.

Nesta nova etapa, a relação entre lucro, salário e consumo se caracteriza como um importante aspecto estabelecido. A classe proletária busca incessantemente o aumento do seu salário real, o que implica numa diminuição direta do lucro capitalista. No entanto, o salário, que representa o preço da força de trabalho, não mais se encontra definido pelo processo de produção, e sim pelo mercado. O mercado consumidor tornou-se estritamente necessário para a conquista da mais-valia, influenciando a produção de mercadorias através da sua expansão ou retração de consumo. O mesmo ocorre em relação ao salário, a expansão do mercado “[...] pode provocar estratégias compensadoras por parte da classe capitalista visando recuperar as perdas com aumentos de salários reais” (VIANA, 2009, p.48).

Portanto, existe uma constante necessidade de ampliar a reprodução do mercado consumidor. A vista disso, o crédito foi introduzindo no mercado de consumo com o intuito de levar as famílias e, os consumidores em geral, a embasarem suas decisões de gastos e poupança em agentes financeiros. Esse efeito é oriundo de um sistema alimentado pela financeirização, cujo, de uma forma geral, implica na expressiva influencia das finanças sobre as decisões de todos os agentes econômicos. Deste modo, o sistema financeirizado “[...] permite que o crescimento dos gastos se descole do crescimento da renda disponível” (BROCHIER, 2012, p.4). Nesta lógica, se inicia a formação de uma economia atrelada ao endividamento onde o financiamento dos gastos é realizado pelo sistema bancário.

As intensas proporções assumidas pela extração da mais-valia absoluta e relativa também são pontos chaves do regime de acumulação atual. A mais-valia absoluta é intensificada através da flexibilidade das relações de trabalho que interferem, até mesmo, no âmbito jurídico-legal, como por exemplo, no aumento da jornada de trabalho através das chamadas horas-extras. A extração da mais-valia relativa ocorre pela subordinação da fábrica ao mercado consumidor, pois deste modo os capitalistas conseguem ampliar o controle sobre a força de trabalho e sobre toda a cadeia produtiva (VIANA, 2009).

No que se refere ao Estado, este passa a exercer as características do neoliberalismo: corte dos gastos públicos, predomínio do mercado, privatizações e uma atuação com base na desregulamentação em geral. Em síntese, o neoliberalismo é uma nova forma estatal que

busca desregular o mercado, subsidiar a acumulação do capital oligopolista, entre outras medidas que visam facilitar o avanço da reestruturação produtiva (tecnologias e novos métodos organizativos) e estabelecer relações internacionais (VIANA, 2009).

A cada regime de acumulação ocorrem mudanças no processo de valoração do capital, na formação estatal e mudanças gerais no processo social como cultura, ideologia, mercado consumidor, instituições, entre outros. O keynesianismo, por exemplo, se estabeleceu como pensamento dominante durante o regime de acumulação intensivo-extensivo. Na atualidade, a globalização vem se apresentando como ideologia fundamental para o progresso socioeconômico. Em suma, as mutações do capitalismo promovem mudanças numa série de fatores abrangidos pelo sistema. Entretanto, essas alterações não são capazes de afetar os aspectos essenciais do capitalismo, sendo estes indiferentes ao regime apresentado. As mudanças referidas se encontram somente nas formas assumidas pelo sistema durante um dado processo de acumulação, sem que haja, portanto, alterações em sua estrutura (VIANA, 2009).

Nas palavras de Benakouche, citado por VIANA (2009, p.25-26) ⁵:

A mudança de formas é uma das características do modo de produção capitalista. De fato, os modos e as formas de acumulação do capital, e, portanto, os modos de extração da mais-valia e as formas que assumem as relações sociais (inclusive as relações salariais) mudam [...] e, se os modos e formas de acumulação de capital mudam com o tempo, seus elementos de articulação, tais como os modos de extração da mais-valia, as formas de relações sociais, as formas da estrutura e produção ou a hierarquização do sistema produtivo nacional, os modos e as formas de organização do processo de trabalho, o nível e o tipo de desenvolvimento das forças produtivas, as formas de Estado, a estrutura social ou os modos e as formas de dominação nas relações econômicas internacionais... evoluem ou mudam em função do grau atingido pelo desenvolvimento do capitalismo.

Pelo apresentado, os regimes de acumulação classificam-se por importantes etapas do processo de desenvolvimento capitalista. As etapas, por sua vez, consideram modificações organizacionais, nas quais se manifestam interdependência entre burguesia e proletariado, resultando conseqüentemente na luta entre as classes. Essa luta é representada pela superioridade burguesa, do contrário, as relações existentes no modo de produção capitalista já teriam sido extintas. Entretanto, trata-se de uma luta sólida, pois há resistência operária contra a contínua e intensificada exploração, cuja essência é a produção de mais-valia. Nesse aspecto, cumpre registrar que, sempre em que a luta operária registrou sinais de explosão, a ponto de comprometer o modo de produção capitalista, o Estado, necessariamente, assumiu a

⁵ BENAKOUCHE, Rabah. **Acumulação mundial e dependência**. Petrópolis: Vozes, 1980.

função de apaziguador do sistema. Ou seja, o Estado passou a se apresentar como provedor das classes dominantes (VIANA, 2009).

Dados esses requisitos, é considerável que para fundamentar a sistemática do processo e, então, concentrar a riqueza com os detentores de capital, um dos pontos que se deve analisar é a ampliação da classe submissa e explorada; elemento indispensável no sistema. Para decorrência dessa formalização, a classe dominante conta com o apoio e orientação do Estado. Este, que tem como objetivo garantir o processo acumulativo torna a intensificar as medidas que visam à adaptação do trabalho e do modo de vida da sociedade às exigências da elite.

Em linhas gerais, o desenvolvimento do capitalismo pode ser visto com uma sucessão de regimes de acumulação. A definição deste último é constituída pelo avanço do capitalismo, o que resulta na manifestação de mudanças nas diversas áreas econômicas e sociais. As mudanças exercem caráter apenas de forma, nunca de essência. Assim sendo, o sistema necessita reformular os métodos de obtenção de lucro- na finalidade de manter sua sobrevivência e estabilizar a economia, o que enfatiza a característica de mutação do modelo. Entretanto, um dos pressupostos fundamentais do capitalismo ainda parte da relação preponderante que determinada classe exerce sobre a outra. A preponderância existente carece da intervenção do Estado, que se mostra necessário à medida que o sistema modifica as suas fontes de alimentação.

2.3 CRÉDITO: UMA MUTAÇÃO DO CAPITALISMO MODERNO

O atual sistema de expansão de crédito é a prova de que a busca do capitalismo por novas fontes de alimentação e novas imposições de trabalho tem de fato superado os conceitos iniciais de obtenção de lucro. Nestas novas “terras virgens”, as bases de exploração e subordinação que se fazem necessárias para o fortalecimento do sistema têm se manifestado pela condicionante de uma sociedade endividada. Isso mostra claramente a habilidade do sistema no processo de readequação da acumulação de capital. A dívida pode ser entendida como uma ferramenta de motivação, pela qual as classes dominantes fazem prevalecer a continuidade da produção excedente. A relação credor-devedor imposta pela dívida intensifica os mecanismos iniciais de dominação capitalista e, assim, revigora as suas práticas na realidade atual. A ferramenta torna-se eficiente uma vez que oprime a condição moral da sociedade, tornando-a alheia e submissa às explorações de um superior. O sociólogo e filósofo

Maurizio Lazzarato, ao dissertar sobre a era do homem endividado, classificou a dívida como um mecanismo aprisionador:

O poder da dívida se apresenta como se não fosse exercido nem pela repressão nem pela ideologia. “Livre”, o devedor não tem, no entanto, outra escolha a não ser inscrever suas ações, suas escolhas no caminho definido pelo reembolso da dívida que contraiu. Você só é livre na medida em que seu modo de vida permite que você esteja “em dia com seus compromissos” (LAZZARATO, 2012, p.1).

As reações geradas pelo simples comprometimento de honrar com a dívida estabelecida tornam o capitalismo um sistema detentor de reações futuras; o torna dono do próprio tempo. O sistema, então, é capaz de prever, medir e controlar os comportamentos futuros e atuais. Com a introdução dos cartões de crédito, viu-se a sociedade ser deliberadamente conduzida a comprometer a sua renda futura. Foi através de *slogans* como “não adie a realização dos seus desejos”, “desfrute agora, pague depois” que a lógica de gastar com prudência, poupar e aplicar o dinheiro economizado foi deixada pra trás, enquanto o consumismo apresentou-se mais intensivamente na sociedade. Com a astúcia da elite financeira, o crédito proporcionou à população a oportunidade de administrar as suas satisfações atuais, momentâneas, induzindo, assim, a compra de desejos e necessidades futuras a novos pagamentos parcelados (BAUMAN, 2009).

Por um lado, os tomadores de crédito tornaram-se livres para obter os bens e serviços no tempo em que desejarem e não mais quando ganharem o suficiente para obtê-los. Por outro, deve ser lembrado que todo o tempo futuro transforma-se em presente; os empréstimos contraídos hoje têm de ser pagos no futuro e o pagamento destes pode acabar comprometendo a satisfação de novos anseios. “Qualquer um pode ter o prazer quando quiser, mas acelerar a sua chegada não torna o gozo desse prazer mais acessível economicamente. Ao fim e ao cabo, a única coisa que podemos adiar é o momento em que nos daremos conta dessa triste verdade” (BAUMAN, 2009, p.13).

A concessão de crédito à população aumenta a procura pelos produtos pertencentes aos capitalistas que, conseqüentemente, tendem a aumentar o seu capital. Partindo da lógica ilustrada por Marx, a acumulação de riqueza em um polo é, ao mesmo tempo, acumulação da miséria e da ignorância no polo oposto. Sob essa ótica, é possível observar que este processo pode transformar a concessão de crédito em uma armadilha promotora do empobrecimento, que impossibilita ao contratante, até mesmo, as aquisições de primeira necessidade. Dada uma maior escassez financeira nas classes pobres, os capitalistas podem, através do crédito,

reforçar os variados mecanismos de exploração articulados pelo sistema, como o aumento da jornada de trabalho, a baixa remuneração salarial, o consumismo alienado, entre outros.

No artigo, “A era do homem endividado” é possível encontrar exemplos da “defeituosa” trajetória creditícia: “Meu empréstimo é cerca de US\$ 75 mil. Logo não poderei mais pagá-lo. Meu pai, que tinha aceitado ser fiador vai ser obrigado a pagar minha dívida. Logo mais será ele que não poderá mais pagá-la. Arruinei minha família ao tentar subir de classe” (LAZZARATO, 2012, p.1).

O capitalismo tem, em si mesmo, a necessidade de estabelecer condicionantes para que a sociedade se permita a exploração. No caso creditício, a dívida se apresenta como o elemento principal para a continuidade do sistema. Através dela explora-se a baixa remuneração salarial, pois se todos ganhassem o suficiente o crédito não se faria tão necessário; explora-se a alienação, dando abertura à alma consumista como forma de preencher os espaços relativamente vazios no âmbito das relações sociais; explora-se a ignorância ao conceder ilusão de compra a uma parcela da sociedade sem instrução financeira e, através disso, beneficiar-se dos juros capitalizados a cada concessão de empréstimo; e, por fim, explora-se a força de trabalho de duas formas:

a) a dívida impõe ao devedor o comprometimento de um valor ainda não conquistado, por esta condição, o trabalhador coloca-se involuntariamente na posição de subordinado, tendendo a submissão de diversas exigências da burguesia a fim de manter o seu emprego e, assim, conquistar a renda já comprometida;

b) a venda da força de trabalho é a forma com que a classe trabalhadora obtém os seus ganhos; na economia da dívida, a renda gerada pela execução dessa força torna-se, em parte, mérito bancário, pois esta, cedo ou tarde, é apropriada pelos bancos mediante as inúmeras parcelas de endividamento. Por consequência, os reursores creditícios acabam tornando-se tanto empregados dos bancos, impulsionados pelo ciclo dívida, quanto de seus patrões capitalistas.

2.4 O PARADOXO DO CICLO CREDITÍCIO

Na economia, o crédito se apresenta como uma ferramenta de extrema eficácia em favor do efeito multiplicador. O adiantamento do poder de compra é um elemento decisivo nos gastos das empresas e das famílias que necessitam de rendimentos superiores ao montante de suas rendas. Por esse motivo, a expansão do crédito é capaz de firmar-se como uma das

bases fundamentais da aceleração do crescimento. Uma maior oferta de crédito estimula a demanda por consumo, o qual promove o crescimento da oferta de bens e serviços que por sua vez, demandam por mais força de trabalho (IEDI, 2012). Dessa forma, a economia se beneficia de um mercado aquecido com aumentos em investimentos e diminuição da taxa de desemprego. Por esse ciclo, o crédito propicia crescimento econômico, estruturando uma relação direta e benéfica com os indicadores de desenvolvimento.

No entanto, a forma com que o crédito foi se expandido perante a sociedade provoca pertinente indagação sobre a sua real relevância na economia. O sistema de crédito abrange diversos agentes econômicos e é possível obter altos rendimentos com base neste mecanismo. Todavia, sempre que iniciado um novo ciclo, a ambição capitalista instiga a economia a articular todos os possíveis meios de obtenção de lucro, encerrando seu processo apenas quando maximizado em todas as suas formas.

As reformulações bancárias ante as limitações creditícias atestam os esforços do sistema em maximizar toda a sua capacidade de mais-valia. Na antiga padronização, uma vez que a dívida encontrava-se atrasada, a contratação de novos recursos financeiros por parte do endividado restava prejudicada; o contratante inadimplente tinha a sua credibilidade comprometida e suas transações bancárias restringiam-se basicamente ao pagamento da dívida. Por lógica, o ciclo do crédito se condicionava a um lucro único, pois o prestador limitava-se apenas à adimplência do contratante. Esta imposição tornou-se uma barreira para os bancos na medida em que aumentava o número de clientes com dívidas não pagas. Nesse momento, uma reforma na gestão de dívidas tornou-se imprescindível para o setor bancário. Como resultado, “[...] a dívida contraída tinha de ser (e realmente foi) *transformada numa fonte permanente de lucro*” (BAUMAN, 2009, p.13, grifo do autor). De início, inúmeras campanhas publicitárias foram lançadas na sociedade com intuito de moldar o cidadão em dívida e, então, readequar o sistema bancário aos padrões da “hospedeira” população endividada:

Não pode pagar sua dívida? Em primeiro lugar, nem precisa tentar; a ausência de débitos não é o estado ideal. Em segundo lugar, não se preocupe: ao contrário dos prestadores insensíveis de antigamente, ansiosos para reaver seu dinheiro em prazos pré-fixados e não renováveis, nós, modernos e benevolentes credores, não queremos nosso dinheiro de volta. Longe disso, oferecemos mais créditos para pagar a velha dívida e ainda ficar com algum dinheiro extra (ou seja, alguma dívida extra) a fim de pagar novas alegrias. Somos os bancos que gostam de dizer sim. Seus bancos amigos (BAUMAN, 2009, p.14).

O não pagamento das dívidas nas datas aprazadas computa juros e encargos sobre o saldo devedor. Diante da desordem financeira de muitos devedores, a única solução plausível para o pagamento das dívidas contraídas é a contração de novas dívidas; o chamado “refinanciamento”, que visa cobrir o montante de juros não pagos sobre os débitos anteriores. Para garantir o lucro, a elite financeira se obrigou a contar mais com o serviço continuado das dívidas do que com o seu pronto pagamento. O devedor ideal é representado pelo indivíduo inadimplente, ou seja, o verdadeiro lucro creditício origina-se daquele que jamais paga integralmente as suas dívidas. Assim, a consolidação da dívida se transformou numa fonte de lucros constantes, tornando a inadimplência uma das mais modernas “terras virgens” adeptas à exploração.

Como visto, a facilitação do acesso ao crédito é capaz de realizar o processo inverso ao seu dito papel principal. O pagamento das dívidas pode impossibilitar a aquisição de bens e o consumo de primeira necessidade. Dessa forma, o contratante acaba por gerar a própria estagnação da sua condição social, uma vez que tem a sua renda, o seu trabalho e até mesmo a sua subsistência comprometida com o pagamento de contas parceladas. Vale lembrar que essa condição advém do pleno funcionamento do sistema capitalista, que só é capaz de prosperar enquanto que “suga a fonte de toda a riqueza de um determinado solo⁶”.

Um pequeno exemplo desse impacto encontra-se num artigo publicado por um jornal britânico, que contou a história de um homem pesadamente endividado por conta dos cartões de crédito. O homem possuía uma dívida de 58 mil libras com mais de dez operadoras de crédito; a situação tornou-se ainda mais grave após uma repentina alta dos preços em diversos setores da economia. Em consequência, o devedor ficou incapacitado de pagar os juros de seus débitos. De acordo com a publicação, o indivíduo queixava-se do sistema, atribuindo parte de sua tão desagradável condição aos emprestadores creditícios, por terem tornado tremendamente fácil a contratação de dívidas (BAUMAN, 2009).

O matemático David Roodman, formado na Universidade de Harvard, dedica-se ao tema de combate à pobreza. Em entrevista concedida a revista *Época*, em fevereiro-2012, ele cita que o microcrédito, em específico, não faz jus às promessas de minimizar as desigualdades e, ao invés disso, os resultados mais aparentes são as crescentes massas de pobres endividados. Ao ser perguntado sobre o que há de errado no uso do microcrédito para o combate a pobreza, Roodman (2012) apresentou pontos positivos e negativos. Os positivos

⁶ A ideia utilizada parte da obra de Karl Marx, *O Capital*; o autor realiza uma crítica ao capitalismo de livre mercado, expressando que tal, só pode sobreviver se “sugar as fontes originais de toda a riqueza – o solo e o trabalhador”. Citado por David Harvey (2004).

limitam-se a serviços financeiros como poupança, seguros e transferências de dinheiro, apontados por ele como necessidades essenciais. Os negativos advêm de sua própria análise que mostra evidências de que a capacidade do microcrédito de surtir efeitos na redução da pobreza é mínima. Como exemplo, ele menciona uma pesquisa realizada com grupos de pessoas que receberam e que não receberam empréstimos:

Recentemente, pesquisadores têm acompanhado grupos que receberam e que não receberam empréstimos. Eles descobriram que, depois de 15 a 18 meses, não havia diferenças entre os dois grupos quanto aos indicadores de pobreza, como gastos da família ou número de crianças frequentando a escola. Antropólogos têm encontrado histórias de mulheres no sul da Ásia que se sentiram mais valorizadas pela oportunidade de fazer transações financeiras em reuniões semanais de coleta dos pagamentos. Mas também encontraram histórias de mulheres inadimplentes que perderam telhados, panelas e frigideiras, roubados pelos conhecidos para pagar os empréstimos (na forma mais comum de microcrédito, as famílias pobres atuam como fiadoras umas das outras) (ROODMAN, 2012, p.1).

Por analogia, deve-se considerar que o crédito pode acarretar em uma “auto-sabotagem” mediante a desinformação e desorientação financeira de muitos dos seus recursos (MENEGHETTI, 2009). O não pagamento das prestações nas datas aprazadas computa juros e encargos sobre o saldo devedor do financiamento, assim, a dívida advinda do crédito pode comprometer a ordem financeira do consumidor, que fica vulnerável a tais práticas. Assim, o acesso ao crédito de maneira indiscriminada pode provocar o retrocesso econômico da população.

Com a nova concepção de sociedade endividada, os bancos tiveram de se readaptar às limitações financeiras da população. Ao contrário de antigamente, o atual papel bancário não mais se resume a cobrar o indivíduo pela dívida adquirida, e sim, fazer com que este contraia empréstimos ainda maiores a fim de cobrir as dívidas obtidas nos empréstimos iniciais.

Num quadro genérico, o sistema de crédito instaurado na economia atual pode ser visto da seguinte maneira: os bancos oferecem um crédito inicial à sociedade. Este proporciona a compra de bens e serviços, o que resulta numa expansão econômica capaz de agregar valor real para a economia, intensificar a circulação de mercadorias e contabilizar um melhor equilíbrio financeiro. Já os créditos sequenciais, vendidos para a quitação das dívidas anteriores, objetivam a maximização dos lucros bancários visto que são conferidos empréstimos de dinheiro para pagar a si próprio. Na maior parte das chamadas renegociações, não há novas compras, não há circulação de moeda. Há apenas a exploração intensificada de uma nova fonte alimentícia do capitalismo.

Nessa lógica, é possível perceber que grande parte do sucesso bancário da atualidade encontra-se no êxito e na facilidade que estes obtiveram em transformar uma considerável quantidade da população em endividados. De acordo com Bauman, ingressar na condição de devedor tornou-se algo terrivelmente fácil, em contraponto, escapar dessa situação abrange pontos cada vez mais complexos. Como uma droga, viver a crédito cria dependência (BAUMAN, 2009).

A forma de proceder, agir e o próprio pensar dos devedores é bloqueado pelo poder dos especialistas creditícios; através desse procedimento cria-se uma relação de dependência entre o receptor e o provedor. Sob tal condição, o desenvolvimento esperado pelos requerentes pode não vir a apresentar resultados, dado que estes se limitam ao pagamento de juros e mais juros sobre juros oriundos do crédito tomado⁷. Nesses casos, a inadimplência do consumidor torna-se praticamente inevitável e o crédito que deveria proporcionar expansão e desenvolvimento acaba por sugar o real poder de compra da população.

A inadimplência do consumidor o impede de realizar inúmeras transações financeiras. Sendo esta uma situação originada pela utilização do próprio crédito, conclui-se que sua regularização somente se daria através do pagamento total da dívida ou do seu parcelamento a juros abusivos. Por estas circunstâncias, a população vem sendo conduzida a viver a crédito, a gastar um dinheiro que só irá receber meses ou até mesmo anos à frente. Resumindo, a sociedade esta sendo adestrada a viver em dívida, consolidando assim, a autoperpetuação do “estar endividado” (BAUMAN, 2009).

2.5 A PARTICIPAÇÃO DO ESTADO

Como em outras transformações do capitalismo, desta vez, também, é possível identificar a participação do Estado no processo de readequação. Nos Estados Unidos, a iniciativa de adotar as hipotecas *subprime* partiu do então presidente Clinton:

Elas eram garantidas pelo governo, a fim de oferecer crédito, para compra da casa própria, a pessoas desprovidas dos meios de pagar a dívida assumida, e, portanto, a fim de transformar setores da população até então inacessíveis à exploração creditícia em devedores (BAUMAN, 2009, p.19).

⁷ O conceito apresentado fundamenta-se da análise de Muhammad Yunus, conhecido pela obra O Banqueiro dos Pobres (2010); referindo-se a países dependentes de donativos, Yunus critica a forma com que a consultoria global engaja especialistas nas realizações dos projetos auxiliares e os torna fundamentais em todas as etapas do processo. Partindo desta posição, Yunus indica que os mestres econômicos apenas lesam os pobres ao conceberem suas táticas de desenvolvimento aos menos favorecidos.

O conceito do capitalismo passou novamente por um processo de mutação. As economias passaram a vivenciar a transição de uma sociedade “sólida” de produtores para uma sociedade “líquida” de consumidores. O lucro capitalista, aparentemente, descentralizou as fontes da sua alimentação da exploração da mão-de-obra para a exploração consumista⁸. Por consequência, a forma de intervenção e o auxílio estatal também demandaram por mudanças.

Para manter vivo o capitalismo, não era mais necessário “remercadorizar” o capital e o trabalho, viabilizando assim a transação de compra e a venda deste último: bastavam subvenções estatais para permitir que o capital vendesse mercadorias e os consumidores as comprassem [...] A cooperação entre Estado e mercado no capitalismo é regra [...] o Estado e o mercado, podem lutar entre si ocasionalmente, mas a relação normal e comum entre eles, num sistema capitalista, tem sido a simbiose. [...] Seu interesse principal é avalizar/permitir/garantir a segurança e a longevidade do *domínio do mercado* (BAUMAN, 2009, p.29 e 31).

O intermédio da União passou a se apresentar em tentativas de amenizar as perdas causadas pelo não pagamento dos juros (originado pela orgia consumista e amplificado pelo setor bancário). À vista disso, os apoios governamentais retomaram seu ciclo natural atuando a favor das escalas mais altas da pirâmide socioeconômica. Os subsídios do governo pertenciam, mesmo que de forma dissimulada, a sociedade dominante; pleiteando todas as suas consequências.

Bauman (2009) aponta que os governos democraticamente eleitos têm atuado para a transformação do cidadão num comprador de serviços oferecidos por ele e, ao mesmo tempo, em um consumidor satisfeito e realizado. As práticas realizadas podem aparentemente beneficiar as baixas escalas da pirâmide social, entretanto, os resultados mais significativos encontram-se a benefício dos grandes setores da economia.

A vasta distribuição de crédito a população é capaz de desempenhar a dupla tarefa de satisfazer tanto a classe consumidora, com os mais diferenciados níveis de renda, quanto os detentores do capital. Para tal feito, a subvenção estatal é necessária para permitir a venda das mercadorias por parte dos capitalistas e a compra das mesmas pelos consumidores. No entanto, uma vez verificado que a dívida advinda do crédito é capaz de estagnar o crescimento econômico dos requerentes ao mesmo tempo em que alimenta a ganância elitista, o Estado se torna capitalista à medida que “[...] garante a disponibilidade contínua de crédito e a habilitação contínua dos consumidores para obtê-los” (BAUMAN, 2009, p.29-30).

⁸ Como já citado, a exploração do consumismo creditício possibilita a intensificação da exploração da mão de obra; nessa perspectiva a dívida se apresenta como condicionante de submissão para a classe trabalhadora. A mudança a que se faz referência encontra-se apenas na forma com a exploração da mão-de-obra é conquistada.

As classes dominantes, no sistema vigente, exigem a atuação do Estado em medidas que possibilitem a praticabilidade da acumulação. Por outro lado, as classes exploradas pressionam o desempenho estatal à estruturação de uma sociedade mais justa e igualitária. Com uma incumbência paradoxal, o Estado necessita encontrar a máscara que o permita atender a ambas as atribuições. São vastas as discussões sobre o papel do Estado na economia capitalista. No entanto, o posicionamento aqui instituído é de que suas normas e ações se voltam unicamente aos interesses da elite econômica.

A distribuição do crédito confere o adiantamento do poder de compra, necessário para o consumo de bens e serviços. Deste modo, a concessão do crédito é capaz de amenizar as insatisfações da classe trabalhadora, pois lhe é proporcionado, mesmo que forma ilusória, um aumento na renda. Todavia, a dívida advinda deste mecanismo é potencialmente capaz de produzir riquezas a classe dominante e reforçar os fundamentos do regime de capitalista.

Pela versatilidade do proveito, o Estado pode ter encontrado no crédito um meio eficiente para acalmar o descontentamento proletário ao mesmo tempo em que alimenta a voracidade da acumulação. Por este viés, as palavras de Bauman ganham sentido e, o Estado se torna capitalista ao garantir uma contínua disponibilidade de crédito a economia e também contínua habilitação dos consumidores para contrata-lo.

A história do capitalismo é marcada pelo processo continuado de reprodução do capital e pela decorrente concentração e centralização do mesmo. Conforme desenvolvido ao longo do capítulo, este processo é traçado de crises que por efeito, provocam o declínio da taxa de lucro. Sempre que ocorrida uma crise, é necessária uma reformulação nos meios pelos quais o capital se reproduz. No entanto, as bases do capitalismo caracterizadas pela propriedade privada dos meios de produção; comportamento individualista e maximizador; produção de mercadorias; exploração da força de trabalho e distinção entre classes se mantém constantes e imprescindíveis para fundamentação do sistema. À vista disso, foi visto que a cada novo estágio, o Estado atua de forma a assegurar a vitalidade de todos os pilares do regime. Sem neutralidade, as ações realizadas pelo Estado são indubitavelmente a favor da elite econômica.

Na fase atual, o crédito revelou-se uma forte ferramenta capitalista ao possibilitar a extração de mais-valia para elite econômica, ao garantir a contínua e conformada exploração das classes pobres e ao intensificar os atributos individualistas e maximizadores de todos os indivíduos inseridos no sistema. O crédito possui diversos artifícios, entre os quais viabiliza a sustentação do capitalismo, por esse motivo o presente estudo o considerou como uma mutação moderna do processo de acumulação do capital.

Ainda neste capítulo, foi pretendido salientar a forma calculada, medida e articulada com que o sistema explora todos os potenciais meios de lucro promovidos pelo crédito. Sua exploração independe dos dissimulados danos provocados aos endividados. À medida que fora extraída a mais-valia sua prática será executada, sendo encerrada apenas quando absorvido todo o seu estoque de lucratividade. Já no capítulo subsequente, será buscado expor o desenvolvimento do sistema creditício na economia brasileira frente às políticas de inclusão social, procurando sinalizar todas as suas possíveis correlações.

3 A EXPANSÃO DO CRÉDITO NA ECONOMIA BRASILEIRA (2003-2012)

O período neoliberal conduziu a economia brasileira a uma trajetória de baixo crescimento econômico. O crédito era restrito, o salário mínimo modesto, os investimentos públicos insuficientes e as estatais, restantes após as privatizações, se encontravam enfraquecidas. As políticas governamentais sujeitavam a economia do país à estagnação (SICSÚ, 2013).

A passagem do governo Lula recuperou o bom desempenho financeiro e instaurou no país um ambiente socioeconômico menos desigual. Enquanto ocupou a presidência, Luiz Inácio Lula da Silva obteve êxito ao reduzir o número de brasileiros enquadrados abaixo da linha da pobreza. Os governos petistas se caracterizaram, em parte, pela adoção de políticas eficazes na expansão do consumo de bens e serviços. O lançamento do programa Bolsa Família seguido pela forte distribuição do crédito popular, foram fatores determinantes para o fortalecimento do mercado interno.

Medidas de estímulo ao crédito proporcionaram um maior crescimento econômico. Em contrapartida, tais medidas permitiram que a expansão do consumo se assegurasse a uma nova modalidade de cidadão, atualmente figurada pelo homem-endividado.

Pelo exposto, o capítulo tem por objetivo explicitar os fatores que dirigiram a expansão do crédito na economia brasileira e, verificar se tal expansão tem de fato aumentado o poder de compra das famílias ou apenas assegurado o endividamento da população.

3.1 CONDUÇÃO DA POLÍTICA MACROECONÔMICA

Os governos do PT conferiram ao país grandes transformações estruturais, econômicas e sociais, as quais proporcionaram mudanças significativas para a sociedade brasileira. Os primeiros passos rumo a este novo modelo de desenvolvimento se deram através de políticas de redução da taxa de juros, ampliação do volume de crédito direcionado a empresas e famílias e, valorização do salário mínimo.

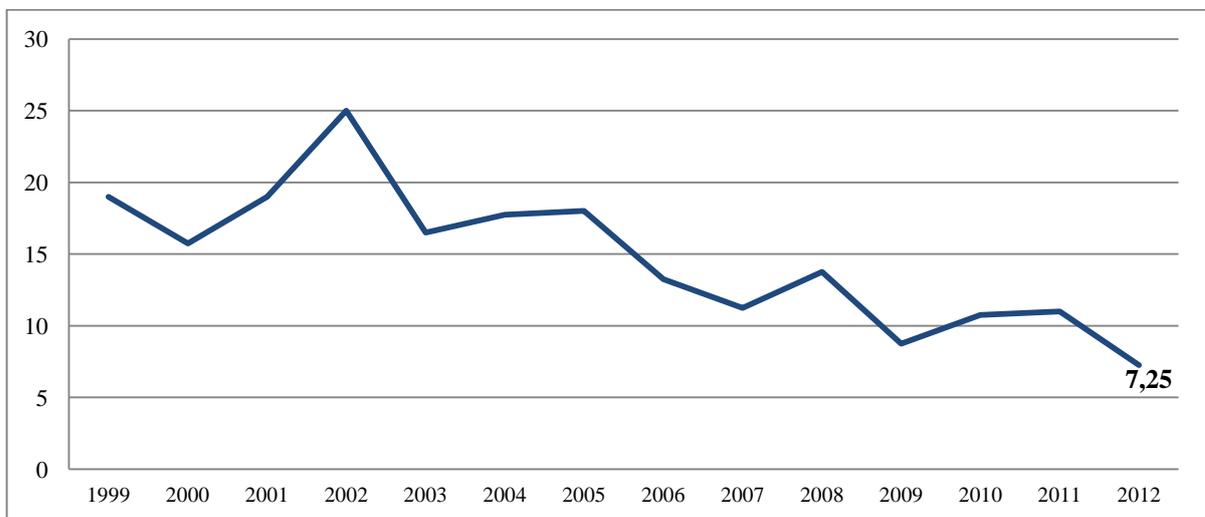
Quando Lula assumiu a presidência, o Brasil era conduzido por um regime de metas para a inflação, adotado em 1999, no governo de Fernando Henrique Cardoso do PSDB. O regime limitava-se a designação do Banco Central como o único órgão responsável pelo controle da inflação, sendo a taxa de juros básica (Selic) seu único instrumento anti-inflacionário. O controle estabelecido, que apontava o crescimento econômico como causa da

elevação de preços, era de que “[...] quando existisse algum tipo de pressão inflacionária a taxa de juros deveria ser aumentada imediatamente” (SICSÚ, 2013, p.80).

No entanto, a elevação da taxa de juros provoca um desaquecimento na economia, gera desempregos e, só então, controla a inflação. Neste rumo, a elevação da taxa de juros básica como o único instrumento de combate inflacionário condenava o Banco Central a desestruturar a economia do país. Por este motivo, o regime de metas para inflação constituído na economia brasileira demandava por adaptações (SICSÚ, 2013).

Nos últimos anos, os governos petistas romperam com a estrutura originalmente estabelecida para o controle da inflação. Suas políticas, que adotaram um viés desenvolvimentista, provaram ser possível obter o controle inflacionário junto à redução da taxa de juros básica. Como se pode verificar no gráfico 1, a taxa Selic sofreu uma forte redução se comparado o último ano de governo PSDB com os anos que se seguiram no comando petista. A taxa, que se encontrava estabelecida em 25% no ano de 2002, foi diminuída de maneira expressiva, atingindo, em 2012, o patamar de 7,5%.

Gráfico 1 - Taxa de juros básica - Selic

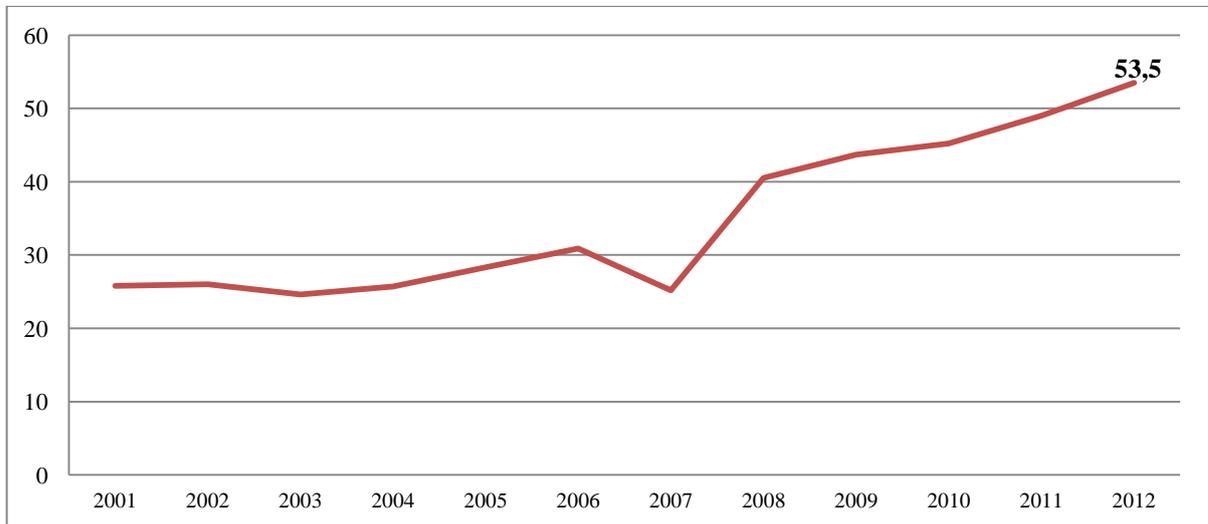


Fonte: Elaborado a partir de SICSÚ (2013).

A redução da taxa Selic não foi um fator determinante para o desaquecimento da economia, pelo contrário, com esta política o Brasil produziu a ampliação no crédito concedido a empresários e famílias. Dessa forma, o consumo e o investimento interno ganharam forças e conduziram o país a um melhor desenvolvimento socioeconômico. O crédito, antes privilégio das altas classes de renda, tornou-se uma ferramenta acessível para toda a população. Conforme ilustrado no gráfico 2, o volume de crédito em relação ao PIB

mais que dobrou ao decorrer dos governos petistas, sendo que este fator está diretamente relacionado às quedas na taxa de juros (SICSÚ, 2013).

Gráfico 2 – Volume total percentual das operações de crédito do sistema financeiro em relação ao PIB



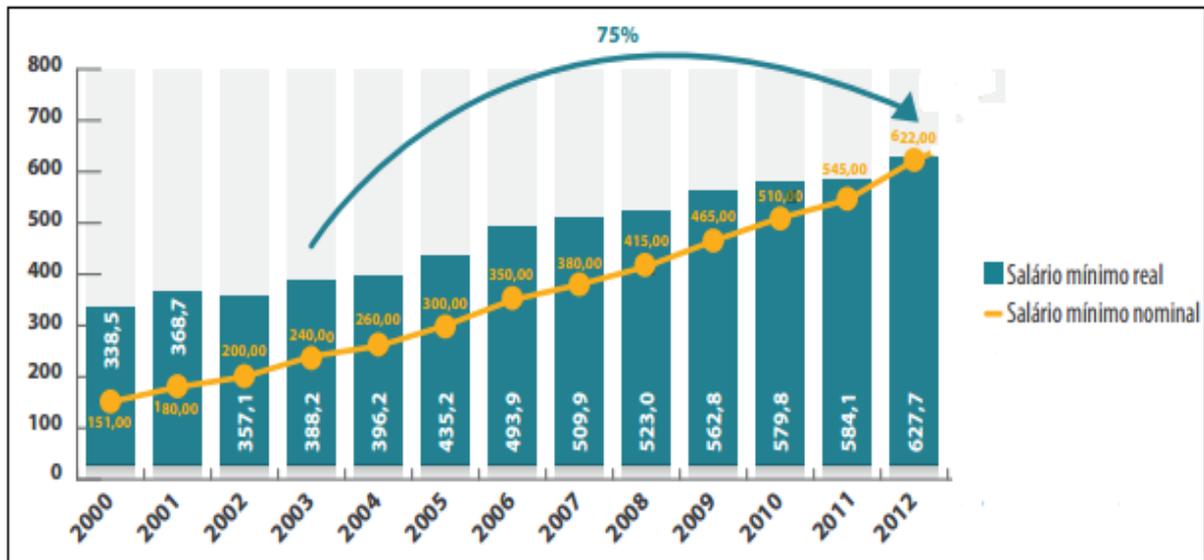
Fonte: Elaborado a partir de SICSÚ (2013).

A política de valorização do salário mínimo também foi um fator determinante para o crescimento econômico do Brasil. De acordo com João Sicsú (2013), nos anos neoliberais (1995 a 2002), o salário mínimo era tratado como apenas um custo para os empresários capitalistas. Por esse feito, as condições trabalhistas se encontravam condicionadas à informalidade. Isto é, a classe proletária seria contratada sem a assinatura da carteira de trabalho. Propagava-se a ideia de que a insuficiência de empregos formais era resultado dos altos custos que a formalização despendia para os empresários.

Conforme o próprio Fernando Henrique, presidente vigente no período neoliberal, o aumento no valor do salário mínimo poderia ser acompanhado de um aumento da informalidade trabalhista e da redução do nível de cobertura do salário mínimo. Sendo assim, esta política poderia não atingir o objetivo de ganho real aos rendimentos dos trabalhadores. A solução, nesta época, voltava-se para uma redução dos direitos trabalhistas: “com custos menores as empresas poderiam contratar trabalhadores formalizados” (SICSÚ, 2013, p.26).

De modo diferente, o presidente Lula criou uma regra para a recuperação do salário mínimo, em que, a partir de 2007, o mesmo deveria ser corrigido anualmente pela inflação do ano anterior, somada à variação do PIB de dois anos passados. De acordo com os dados do Banco Central, o gráfico 3, elaborado pelo Ministério da Fazenda, mostra que o salário mínimo cresceu mais de 70% desde que o PT assumiu a presidência.

Gráfico 3 – Evolução do salário mínimo real e nominal (R\$)*

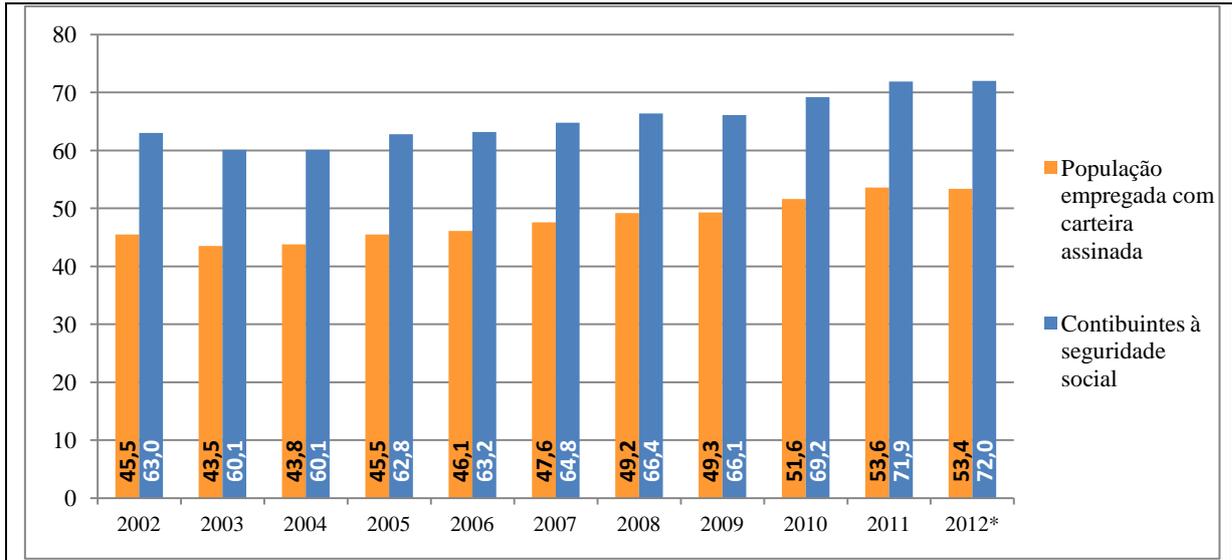


* Dados referentes a dezembro de cada ano.
 Fonte: Ministério da Fazenda (2013).

Ao contrário do propagado pelo PSDB, enquanto o salário mínimo cresceu, aumentou o poder de compra do trabalhador e distribuiu renda, a informalidade no trabalho caiu. A qualidade dos empregos no Brasil poder ser também verificada a partir do nível de formalização no mercado de trabalho. No gráfico 4, elaborado pelo Ministério da Fazenda, através dos dados divulgados pela Pesquisa Mensal de Emprego (IBGE), é possível constatar o crescimento no percentual da população empregada com carteira assinada, assim como no índice dos contribuintes à seguridade social⁹. À primeira vista, o crescimento de ambos os indicadores não parece tão robusto, no entanto, devem-se considerar as variações ocorridas sobre o total da população ocupada, que tende a aumentar a cada ano. De qualquer forma, verifica-se que foi sustentada uma melhora na qualidade dos empregos brasileiros.

Gráfico 4 – Taxa de formalização trabalhista e taxa de contribuintes para previdência social como proporção da população total ocupada

⁹ A seguridade social envolve uma série de políticas que visam proteger o cidadão em situações de desemprego, velhice, doença, etc. No Brasil, esse sistema é executado pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).



*Média dos últimos 12 meses até maio de 2012.

Fonte: Ministério da Fazenda (2012).

A valorização do salário mínimo junto ao crescimento do emprego formalizado conferiu espaço para a distribuição do crédito consignado, regulamentado em 2003. O crédito consignado (CC) é uma modalidade de empréstimo pessoal em que o recursor sofre o desconto das prestações direto em folha de pagamento. O limite máximo instituído para captação do salário no pagamento da dívida corresponde a 30% da remuneração mensal do devedor (RODRIGUES et al, 2006). Esta linha de crédito vem crescendo significativamente nos últimos anos, dado ao seu baixo risco de inadimplência e facilidade de análise e aprovação por parte dos bancos.

No Brasil, desde que foi normalizado, o crédito consignado vem se destacando das outras modalidades de empréstimo. Isto se deve a fatores como: menores taxas de juros, maiores prazos de parcelamento e facilidade de contratação, dado a sua quitação via folha de pagamento ou elo benefício do INSS. Deste modo, o consignado recebeu a imputação de estimular o mercado de crédito brasileiro no segmento de pessoas físicas. Esta iniciativa pretendeu “[...] ampliar o acesso dos trabalhadores e aposentados ao crédito em condições mais favoráveis [...]” (PULCINE et al, 2008). De fato, esta medida veio a implicar num elevado estímulo para o crescimento do consumo das famílias, posto que trabalhadores e aposentados ganharam a licença para o sistema financeiro.

“Possuir um grande mercado doméstico de consumo é o desejo de qualquer país” (SICSÚ, 2013, p.69). Em suma, a grande mudança estrutural realizada na economia brasileira, nos últimos anos, foi a consolidação de um mercado de consumo. Os condutores desta transformação podem ser representados pelas políticas direcionadas a queda das taxas de juros, a valorização do salário mínimo, ao aumento do emprego formalizado, a ampliação do

crédito e as varias medidas de inclusão social, fator este, que será analisado de forma detalhada na próxima seção.

3.2 INCLUSÃO SOCIAL

No primeiro mandato, o governo Lula enfrentou o desafio de romper com o modelo de desenvolvimento excludente que se encontrava estabelecido no país. No ano de 2002, cerca de 75 milhões de brasileiros viviam em situações precárias, determinadas pelo seu nível de renda. Destes, 36,4 milhões sobreviviam com menos de um quarto de salário mínimo, que na época, se encontrava estabelecido em R\$ 200,00. No cenário mundial, o Brasil ocupava posição de destaque, inserindo-se entre as dez maiores economias do mundo. Em contrapartida, no quesito distribuição de renda, o país classificava-se entre as quatro nações com pior coeficiente de Gini¹⁰ (BALANÇO DO GOVERNO, 2010).

A desigualdade estava estabelecida, os extremos salariais apresentavam discrepâncias absurdas. Os 10% mais ricos da população se apropriavam de 50% do total da renda enquanto os 50% mais pobres detinham apenas 10% deste total. De acordo com os dados divulgados pelo próprio governo federal, a parcela 1% mais rica do país usufruía de uma renda superior a da metade de toda a população brasileira (BALANÇO DO GOVERNO, 2010). Em função disso, o Brasil não era classificado como um país pobre, mas como um país de muitos pobres (BRUNO, 2007).

Em janeiro 2003, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou em seu discurso de posse que o combate à fome e à pobreza seria o principal compromisso assumido em sua gestão:

“Se ao final do meu mandato, cada brasileiro puder se alimentar três vezes ao dia, terei realizado a missão da minha vida” (SILVA, citado por BALANÇO DO GOVERNO, 2010, p.14).

Deste modo o início do governo Lula foi marcado pela adoção de políticas voltadas para a construção de um novo modelo de desenvolvimento, o lema era o de crescimento com distribuição de renda. De acordo com Sicsú (2013, p.19) “a concepção do Estado mínimo e do governo privatizador difundida pelo PSDB nos anos 1990 foi superada”. A fim de quebrar as

¹⁰ O coeficiente de Gini é um cálculo utilizado para mensurar a desigualdade social; os resultados apresentam variações entre o número 0 e o número 1. Quanto mais próximo de zero, maior é a igualdade e quanto mais próximo de um maior é a desigualdade. Na época em questão, o coeficiente de Gini brasileiro era atribuído ao número de 0,589 que classificava o país como o terceiro mais desigual entre os listados pelo Banco Mundial (BALANÇO DO GOVERNO, 2010).

barreiras da inclusão social, adotou-se uma série de políticas públicas voltadas para a diminuição das desigualdades. Programas como Fome Zero, Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida, foram introduzidos pelo governo brasileiro com o objetivo de assegurar uma melhora expressiva na distribuição da renda e na qualidade de vida da população (BALANÇO DO GOVERNO, 2010).

3.2.1 Fome Zero

A estratégia Fome Zero, lançada no governo Lula, foi consequência da mobilização da sociedade civil e do empenho político do governo PT, que adotou a luta contra a fome como uma prioridade em sua administração. O programa acabou por envolver um conjunto de ações emergenciais que intensificaram o combate à pobreza e ampliaram o acesso da população a direitos básicos como educação, saúde, alimentação saudável e assistência social. Pelo Fome Zero, também foram criados outros programas, por iniciativa dos governos estaduais, municipais e da sociedade civil, cujo destino se encontrava no combate a fome e a miséria no país. Por meio destes, foram construídos uma série de restaurantes populares e bancos de alimentos; além dos aumentos de incentivo a agricultura urbana e apoio ao autoconsumo alimentar (BALANÇO DO GOVERNO, 2010).

Pode-se dizer que a questão da fome acabou equacionada por programas e ações como o Fome Zero que estimularam a inclusão social e promoveram aos brasileiros o acesso a alimentação básica. Mediante a ações simples, o Estado deu o passo inicial para corrigir as desigualdades socioeconômicas que se encontravam estabelecidas no Brasil.

3.2.2 Programa Bolsa Família

Entre os anos de 1998 e 2002, o governo do PSDB criou diversos programas federais com o objetivo de transferência de renda às classes baixas. Em seu último ano de gestão, sete programas desta categoria se encontravam em funcionamento: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Bolsa Renda, Agente Jovem de Desenvolvimento Local e Humano, Bolsa Qualificação, Auxílio Gás e, Erradicação do Trabalho Infantil. Após a troca de governo, que resultou na nomeação de Luiz Inácio Lula da Silva a presidente da república, problemas como fragmentação institucional; pulverização de recursos; multiplicidade da base de dados para apuração dos beneficiários; debilidade de conexão dos programas, entre outros, acabaram por ser identificados pela nova gestão. “Na prática, cada setor possuía o próprio programa de

transferência de renda para atender a uma pequena parcela da população pobre do País de forma emergencial” (BALANÇO DO GOVERNO, 2010, p. 17).

Com a finalidade de unificar os instrumentos de transferência condicionada de renda, em outubro de 2003, o governo lançou o Programa Bolsa Família. O benefício, cujos objetivos se dirigem ao avanço da qualidade de vida das famílias de baixa renda, ajudou o governo a promover o alívio imediato da pobreza em todos os municípios brasileiros. Milhares de famílias, com renda per capita de até R\$ 140,00 ao mês, passaram a receber o auxílio governamental que, dependendo do número e da idade dos filhos, alcançava o patamar R\$ 200,00 mensal (BALANÇO DO GOVERNO, 2010).

Para recebimento do benefício, o governo instituiu o cumprimento de condicionalidades ligadas às áreas da saúde, educação e assistência social. As famílias beneficiadas deveriam qualificar-se para o desempenho dos seguintes requisitos: a) frequência escolar mínima em 85% para as crianças e adolescentes de 6 a 17 anos de idade; b) atualização do calendário de vacinas para crianças menores de 7 anos, acompanhamento do pré-natal das gestantes e nutrizes entre 14 e 44 anos de idade; c) apresentar a uma unidade de saúde o cartão de saúde das crianças para a realização de um acompanhamento sobre seu desenvolvimento, estado nutricional e outras ações.

À vista disso, em apenas dois meses de difusão, o programa passou a atender 3,6 milhões de famílias. Ao final de 2004, este número aumentara para 6,6 milhões e, 8,7 milhões em 2005. No ano de 2006, o programa beneficiou aproximados 11 milhões de famílias e manteve este número ao longo de 2007, sendo levemente reduzido em 2008, onde atendeu 10,6 bilhões. No ano seguinte, o programa atingiu a marca de 12,4 milhões de famílias beneficiadas e seguiu em crescimento no ano de 2010. Os valores pagos a título do benefício também aumentaram significativamente ao longo dos anos (conferir tabela 1).

Tabela 1 – Evolução das estatísticas do programa bolsa família

Ano	Número de Famílias Atendidas	Valores (R\$)
2003*	3.615.596	570.144.695
2004	6.571.839	3.791.785.038
2005	8.700.445	5.691.667.041
2006	10.965.810	7.524.661.322
2007	11.043.076	8.965.499.608
2008	10.557.996	10.606.500.193
2009	12.370.915	12.454.702.501
2010**	12.740.644	9.434.933.865

*Dados de planilha de acompanhamento da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc/MDS).

**Os dados referem-se ao acumulado até agosto. A projeção de valores para 2010 foi de R\$ 13,5 bilhões.

Fonte: Balanço do Governo (2010).

A evolução do programa motivou o aquecimento do consumo interno, visto que promoveu a diminuição da desigualdade socioeconômica e atingiu os objetivos da inclusão social. Os montantes de renda transferidos pelo Bolsa Família fundamentaram como a principal e mais eficiente medida do governo no combate a desigualdade de renda. No entanto, os custos do programa não importam grandes proporções do PIB. O gráfico 5 fornece a representação dessa relação mostrando que, apesar do seu grande impacto sobre milhares de famílias brasileiras, seu custo ainda representa um gasto pouco significativo para o país. Este fato pode tornar questionável a eficiência do programa quanto à desconcentração da renda.

Gráfico 5 – Percentual dos gastos com o programa bolsa família em relação ao PIB



*Gasto acumulado em 12 meses até outubro de 2012.

Fonte: Ministério da Fazenda (2012).

3.2.3 Minha Casa Minha Vida

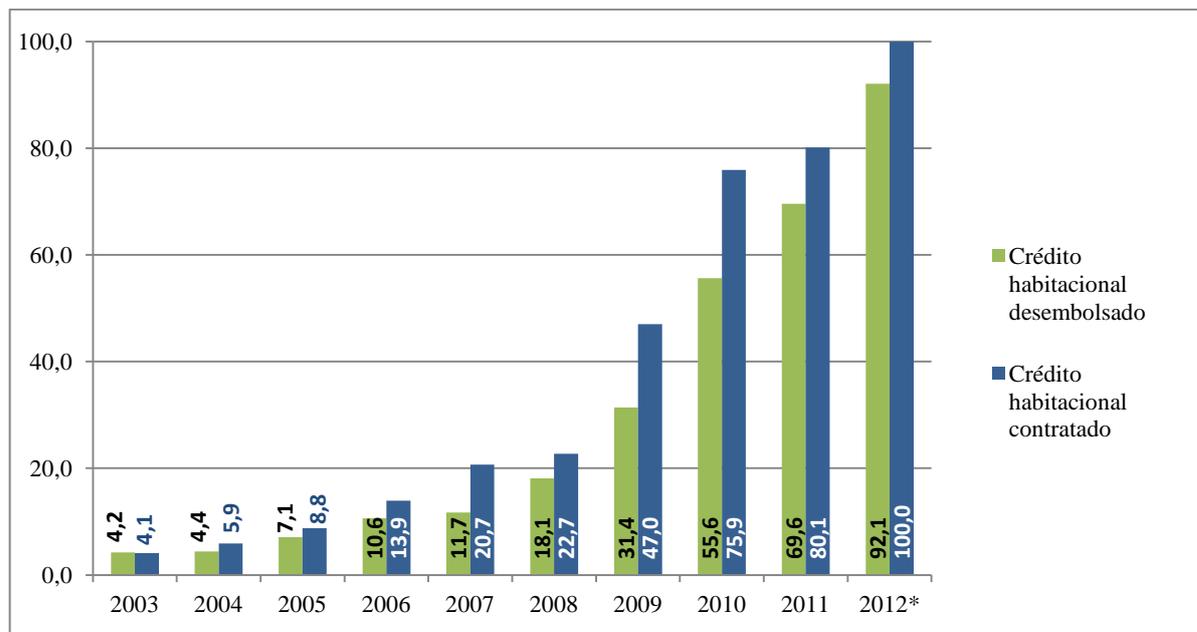
O programa Minha Casa Minha Vida, primeiramente, foi lançado em março de 2009 pelo governo federal com a finalidade de reduzir a carência habitacional do país. A partir disso, foram criados mecanismos de incentivo à produção e à compra de unidades habitacionais de forma a facilitar o acesso das famílias de baixa renda a aquisição da casa

própria. Neste intuito, o programa visou promover a distribuição de renda e a criação de postos de trabalho, visto os investimentos na construção civil.

Como meta, o governo estabeleceu a construção de pouco mais de um milhão de unidades habitacionais, visando financiar a moradia das famílias com renda de até R\$ 1.600,00 ao mês. O financiamento do imóvel foi realizado pela Caixa Econômica Federal, com prazo de parcelamento de até dez anos. Num segundo plano, lançado em junho de 2011, foi pretendido a construção de dois milhões de moradias até o ano de 2014, sendo o financiamento destinado a famílias com renda mensal de até R\$ 5.000,00. Os imóveis a serem adquiridos, nesta segunda fase, poderiam comportar o prazo de até 30 anos de financiamento. Com baixas taxas de juros e subsídio governamental, podendo atingir o montante de R\$ 25.000,00, o programa ganhou destaque por promover o desenvolvimento social no país (CAIXA ECONOMICA, 2013).

A partir dos resultados do gráfico 6, se pode perceber o impacto gerado pelo programa ao verificar os expressivos aumentos ocorridos no crédito habitacional contratado e desembolsado desde a sua vigência (2009). A partir disso, fica perceptível a importância do crédito para economia brasileira, em específico, para a população de baixa renda, que vem conquistando os objetivos da ascensão social mediante a contratação de dívidas.

Gráfico 6 – Crédito habitacional total da caixa econômica federal – em R\$ bilhões

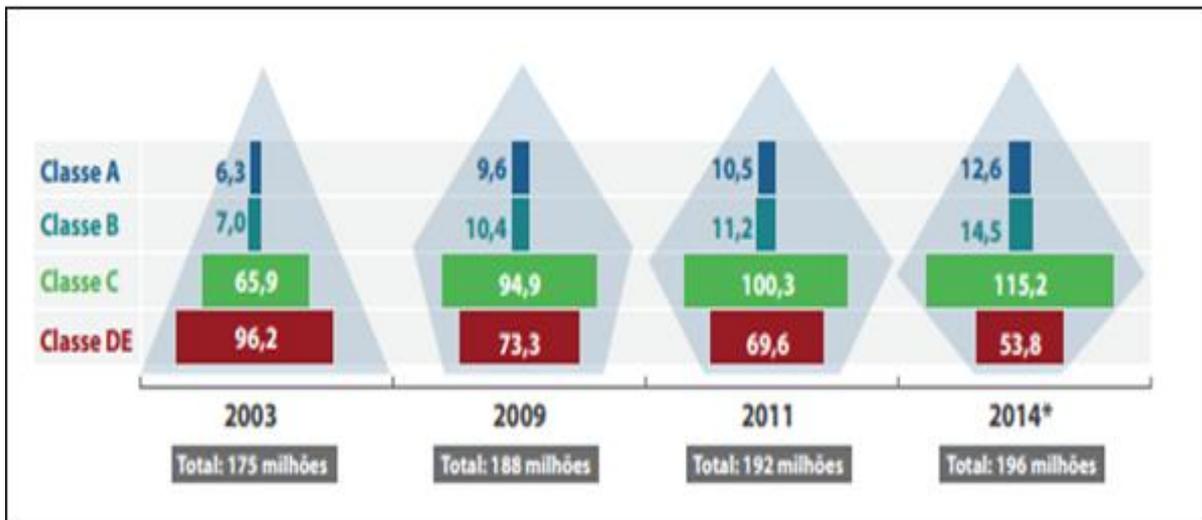


*Projeções CEF.

Fonte: Ministério da Fazenda (2012).

Diante das medidas de inclusão social, ocorreram aumentos no rendimento real dos brasileiros de mais baixa renda. Estes aumentos promoveram a migração entre as classes sociais estabelecidas na sociedade. Conforme constatado a partir do gráfico 7, no período de 2003 a 2011, milhares de brasileiros migraram das classes DE para classes de renda mais elevadas. Ainda projeta-se uma diminuição da população inserida nas classes DE, seguido por um aumento da população pertencente às classes ABC.

Gráfico 7 - Divisão das classes sociais no Brasil – Milhões de pessoas



*Projeções.

Fonte: Ministério da Fazenda (2012).

3.3 O PARADOXO DO SISTEMA BRASILEIRO

Dado as crescentes transferências de renda feita às classes pobres, o governo precisou promover a inclusão financeira dessa parcela da população. O chamado processo de “bancarização” se iniciou através da ampliação de serviços financeiros como conta corrente, poupança, seguros, meios de pagamento, entre outros. Esses serviços acabaram por facilitar e aumentar o acesso ao crédito disponibilizado à população de baixa renda. A partir de então, o Governo Federal passou a incentivar as instituições bancárias a operar de maneira mais expressiva com os pobres remunerados. Em decorrência, os bancos passaram a criar contas simplificadas, de forma gratuita e sem necessidade de comprovação de renda. A partir disso, o número de pessoas físicas vinculadas a alguma instituição financeira cresceu de 70 milhões para 115 milhões entre 2003 e 2010, gerando também, um aumento dos pontos de atendimento que passaram de 74 mil para 185 mil no mesmo período (BALANÇO DO

GOVERNO, 2010). Deste modo, o processo de inclusão bancária voltou-se para o atendimento dos beneficiários de instâncias de governo.

Consoante visto no capítulo dois, o Estado tem atuado de forma a transformar o cidadão num consumidor satisfeito e realizado à medida que este se torna comprador dos serviços oferecidos por ele. Este tipo de atuação, no entanto, ao mesmo tempo em que beneficia as classes de renda popular, deve assegurar os benefícios dos detentores do capital. Do contrário, as medidas governamentais levariam a economia a exercer outro tipo de regime, que não o capitalista.

A bancarização foi uma medida necessária para que se pudessem efetivar as políticas de inclusão social. Esta medida acabou se constituindo no passaporte dos pobres remunerados para o sistema financeiro e, conseguinte, creditício. O crédito possui um dúbio comportamento por ser capaz de promover o aumento do poder de compra e, através da dívida, reforçar os fundamentos requeridos pelo sistema capitalista. As relações conferidas pela dívida são capazes de oprimir as escolhas e as ações futuras da parte devedora, tornando-a presa e submissa às imposições da classe dominante.

Deste modo, o Estado pode ter encontrado a camuflada máscara da neutralidade que o permite atender a todos os pilares da sociedade. Através do crédito, adiciona-se um ganho no poder aquisitivo da classe proletária, no entanto, suas cláusulas cotem, em letras miúdas, que sua contratação pode condicioná-los a estagnação e a plena condição de exploração.

O programa Minha Casa Minha Vida, por exemplo, foi responsável pela entrega de 1.418.743 habitações até abril de 2013. Para muitos, o número registrado representa um marco econômico e ideológico em combate ao preconceito social. Por muitos anos, os ricos receberam subsídios para enriquecer, exemplo disso foram os elevados juros que remuneravam os títulos da dívida pública que possuíam. Agora, a visão estabelecida é de que o governo finalmente subsidia a população pobre, luta pela classe pobre e trabalha por ela (SICSÚ, 2013).

No entanto, outras linhas de pensamento sinalizam os riscos do programa governamental ao classificá-lo como “Minha casa, minha dívida”. Como já citado, o sistema capitalista necessita, como requisito fundamental para a sua funcionalidade, da existência de classes econômicas heterogêneas, da desigualdade, do contrário, não seria possível acumular capital. Os capitalistas, vez ou outra, contam com o apoio do governo para garantir uma geração, cada vez mais longínqua, de pobres e explorados. Julga-se pertinente observar que “[...] uma família que compromete parte considerável de sua renda no pagamento de um

imóvel corre o risco de ter que rebaixar suas condições de vida – alimentação, saúde e educação, por exemplo – para conseguir pagar as prestações” (ROLNIK, 2012, p.1).

Esta visão aponta para o surgimento de uma política tipicamente paliativa fundamentada no sistema creditício. Isto é, não se atende a real necessidade das classes de renda mais baixa e sim, beneficia artificialmente esta parcela da população sem resolver de fato a essência dos seus problemas. Não se pode negar que o Brasil mudou e mudou para melhor, entretanto, as transformações ocorridas, aparentemente, não visam fornecer a solução dos problemas evidenciados. Conforme dito por Viana (2009), p. 288-289 “[...] a transformação social sai do horizonte das esquerdas institucionais e o microreformismo, um reformismo em migalhas, assume seu lugar”.

Pelo apresentado, o surgimento do novo cidadão brasileiro que se caracteriza como pobre, beneficiário governamental e agora endividado, pode ter sua explicação fundamentada nas políticas de inclusão social iniciadas no governo petista. Foi visando enquadrar o país entre as grandes economias mundiais, que o governo brasileiro passou a indagar um papel dominador na rotatividade do sistema capitalista. Tal papel, que apresenta a dominância do sistema sobre as “classes operantes” pode ter levado o Brasil a alcançar uma maior representatividade mundial à base da subordinação do povo. Subordinação que, neste viés, vem sendo aceita e conquistada pela condicionante de uma sociedade endividada.

4. IMPLICAÇÕES DO ENDIVIDAMENTO AO CONSUMIDOR BRASILEIRO

Propaga-se a ideia de que o acesso ao crédito proporciona uma melhor qualidade de vida e distribuição de renda. Todavia, a busca pela ascensão social através do crédito pode provocar justamente o contrario, destinando boa parte dos recursos financeiros ao pagamento de dívidas. Posto isto, este capítulo tem por objetivo evidenciar as implicações atribuídas pelo endividamento ao consumidor brasileiro, buscando responder se as mesmas contribuem para a solidificação de diferenças socioeconômicas.

Nesta finalidade, serão utilizados dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), do Serasa Experian, do SPC Brasil, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e da Federação Nacional do Comércio. Assim, será visado demonstrar o endividamento dos consumidores; os montantes transferidos para elite econômica mediante as dívidas creditícias e, por fim, os significativos impactos originados da inadimplência do consumidor.

4.1 ANATOCISMO

O crédito consiste, basicamente, no empréstimo de um dinheiro portador de juros e outros encargos financeiros. No entanto, a forma com que este capital é emprestado, muitas vezes, acarreta na prática da capitalização. A capitalização dos juros, também chamada de anatocismo, nada mais é do que a incidência de juros sobre os juros acrescidos ao saldo devedor (MOL, 2011). No Brasil, a licitude desta prática é um assunto fortemente abordado nas ações revisionais de crédito e são inúmeras as interpretações advindas dos decretos do Supremo Tribunal Federal (STF):

“Súmula nº 121: É vedada a capitalização de juros, ainda que expressamente convencionada” (BRASIL, 1963).

“Art. 4º. É proibido contar juros dos juros: esta proibição não compreende a acumulação de juros vencidos aos saldos líquidos em conta corrente de ano a ano” (DÉCRETO nº 22.626/33).

“Art. 5º Nas operações realizadas pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, é admissível a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano” (MP nº 2.170/01, BRASIL, 2001).

A legalidade do anatocismo é de extrema relevância econômica e social, visto que os efeitos causados pela capitalização podem provocar o retrocesso econômico dos contratantes

e/ou, em contrapartida, a ascensão social dos credores. Por esse motivo, nunca haverá unanimidade de interpretação acerca dos decretos, pois o entendimento destes tende a ser condizente com os interesses dos agentes envolvidos. Por assim, a única afirmativa a este respeito é que “[...] nos mais diversos assuntos, podemos encontrar leis e interpretações, proibindo, permitindo ou limitando a capitalização dos juros. E nesse mar revolto de ideias e princípios é que navega o julgador” (Marinho, p.5), [s.d.].

A fim de elucidar as complexidades da questão serão demonstradas duas maneiras pelas quais esta prática se insere no mercado de crédito, objetivando mostrar os lucros bancários originados pela mesma. Mediante essas exemplificações os custos advindos do crédito ficaram mais perceptíveis e assim, tornar-se-á possível uma melhor compreensão acerca da gravidade do endividamento.

4.1.1 Cheque Especial

O contrato de cheque especial é uma modalidade de crédito que consiste em um saldo acessível de contratação vinculado a uma conta bancária. O banco deixa um limite disponível e, caso utilizado, o contratante deve devolver o mesmo acrescido de juros e outros encargos.

Para mostrar a incidência da capitalização nesta modalidade, será demonstrado à evolução de um contrato fictício de crédito em conta corrente - Cheque Especial. Então, para efeitos de análise, serão considerados os seguintes parâmetros:

Tabela 2 – Dados Contratuais

Contrato	Emissão	Valor do Empréstimo (R\$)	Taxa Efetiva Mensal (%)
Cheque Especial	01/01/2012	1.000	6,0

Fonte: Elaboração Própria (2013).

Em se tratando de crédito liberado em conta corrente (Cheque Especial) os juros são mensalmente calculados sobre a média dos saldos mensais devedores e debitados os respectivos valores na própria conta. Supondo-se que não tenha ocorrido mais nenhum tipo de movimentação na conta corrente, que não os débitos dos encargos, a evolução da dívida a uma taxa capitalizada de 6% ao mês se daria da seguinte maneira:

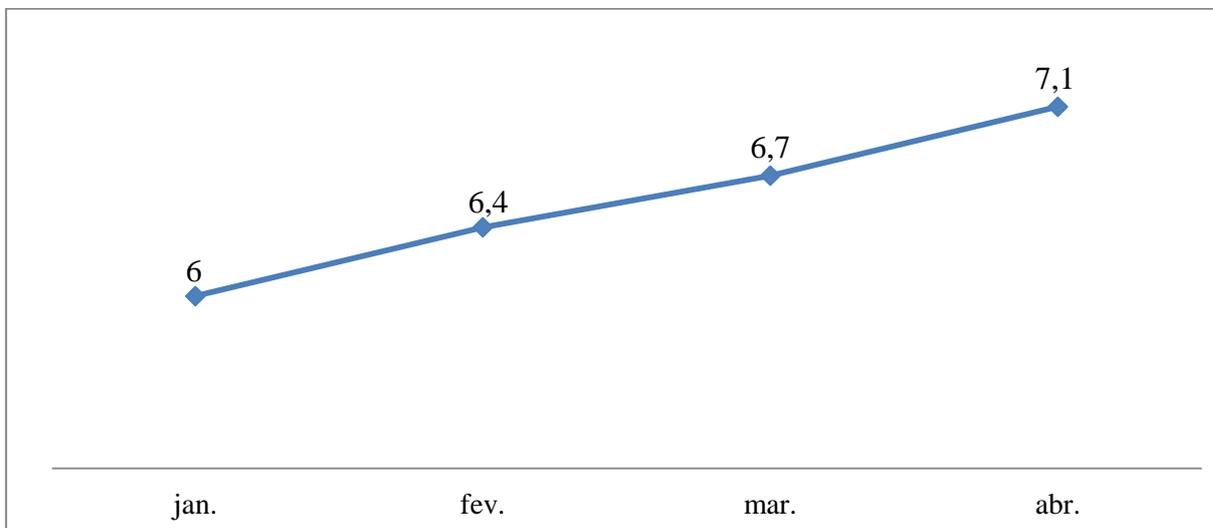
Tabela 3 – Evolução da Dívida Contratual com Incidência do Anatocismo

Data(s)	Valor Histórico da Dívida	Taxa Mensal de 6% - Capitalizada -	Valor Ref. aos Juros
Jan/12	1.000,00	6,0	60,00
Fev/12	1.060,00	6,4	63,60
Mar/12	1.123,60	6,7	67,42
Abr/12	1.191,02	7,1	71,46
Saldo Devedor		02/04/2012	1.262,48

Fonte: Elaboração Própria (2013).

Conforme se pode atentar, a taxa estipulada de juros incidiu não apenas sobre o capital inicial, mas também sobre os juros que acumularam periodicamente. Em resumo, todos os valores apurados a título de juros acabaram por incorporar os saldos devedores de cada período observado. Ao invés da aplicabilidade da taxa de juros fixada em 6% a.m., a empregabilidade do anatocismo resultou no aumento gradual da taxa originalmente contratada, fator que modifica expressivamente os lucros obtidos pela parte credora:

Gráfico 8 – Evolução da Taxa de Juros Capitalizada



Fonte: Elaboração Própria (2013).

Se recalculados os devidos encargos em função da utilização do limite, porém, observando o expurgo da capitalização, haveria uma recomposição dos saldos devedores. Esta recomposição iria computar os juros separadamente, fazendo com que estes fossem exigidos apenas no pagamento efetivo do contrato. Dessa forma, a taxa de juros incidiria de forma linear à dívida contratada, se mantendo fixa em 6% a.m. e os valores referentes aos juros

remuneratórios não ultrapassariam o montante de R\$ 60,00 a.m., o que, na forma capitalizada, só sucede no primeiro mês de dívida.

Pelo exposto, é possível considerar a capitalização como um forte mecanismo de concentração do sistema capitalista. A utilização deste método intensifica os benefícios obtidos pela classe dominante ao maximizar os ganhos originados pela aplicação dos juros, fazendo com que estes aumentem gradativamente. Esse processo pode implicar em danosas mudanças na distribuição de renda, dado que os valores formados pela prática do anatocismo desconsideram as etapas da produção de mais valia. Não há circulação de moeda, não há fabricação de mercadorias, não há geração de empregos, nesse sistema, coisa alguma agrega valor ao dinheiro senão ele próprio.

Registrado por Aristóteles¹¹, citado por WEDY [s.d.], p.2:

O objeto original do dinheiro foi facilitar a permuta, mas os juros aumentavam a quantidade do próprio dinheiro (esta é a verdadeira origem da palavra: a prole se assemelha aos progenitores, e os juros são dinheiro nascido do próprio dinheiro); logo, esta forma de ganhar dinheiro é de todas a mais contrária a natureza.

4.1.2 Contrato de Crédito Pessoal

Muitos bancos brasileiros disponibilizam em seus sites a oportunidade de simular a contratação de linhas de crédito. À vista disso, este tópico irá transcorrer acerca de uma simulação realizada por meio de um conceituado banco brasileiro, o qual será apontado como banco X. Assim, será objetivado mostrar, matematicamente, como ocorrem os lucros captados pela elite financeira mediante os processos de financiamento.

Em pesquisa aos produtos internos do site do banco X, se verificou a possibilidade de simulação do Contrato de Crédito Pessoal. Os valores acessíveis para tal feito variam entre R\$ 80,00 e R\$ 50.000,00 a serem pago em até 48 parcelas. Deste modo, optou-se por simular um financiamento no valor de R\$ 5.000,00, sem seguro e com pagamento em 12 parcelas fixas e mensais. Em resultado, foram informados os seguintes parâmetros:

Tabela 4 - Resultado da simulação do custo efetivo

Data da Simulação.....	01/11/2013
Valor Solicitado.....	R\$ 5.000,00
Quantidade de Parcelas.....	12
Venc. Primeira Parcela.....	01/12/2013

¹¹ ARISTÓTELES. Política, traduzido do grego por Mário Gama Kury, Inst. Nac. Liv., ed. UNB, 1981.

Valor da Parcela.....	R\$ 634,04
Taxa de Juros Remuneratórios a.m.....	6,79%
Taxa de Juros Remuneratórios a.a.....	122,39%

Fonte: Banco X (2013).

Como a finalidade de demonstrar a evolução do contrato proposto pelo banco, adotou-se como metodologia a aplicabilidade da Tabela Price – modalidade utilizada para este tipo de operação. Deste modo, com base nos parâmetros da simulação, se encontrou os seguintes resultados:

Tabela 5 - Price: Contrato de crédito pessoal simulado

Parc.	Vctos.	Saldo devedor	Taxa de juros	Valor dos juros	Amortização	Valor das prestações
	01/11/13	5.073,73				
1	01/12/13	4.784,19	6,79%	344,51	289,53	634,04
2	01/01/14	4.485,83	7,02%	335,68	298,36	634,04
3	01/02/14	4.166,53	7,02%	314,74	319,30	634,04
4	01/03/14	3.796,54	6,34%	264,05	369,99	634,04
5	01/04/14	3.428,88	7,02%	266,38	367,66	634,04
6	01/05/14	3.027,66	6,79%	232,82	401,22	634,04
7	01/06/14	2.606,05	7,02%	212,43	421,61	634,04
8	01/07/14	2.148,96	6,79%	176,95	457,09	634,04
9	01/08/14	1.665,69	7,02%	150,78	483,26	634,04
10	01/09/14	1.148,53	7,02%	116,87	517,17	634,04
11	01/10/14	592,47	6,79%	77,98	556,06	634,04
12	01/11/14	0,00	7,02%	41,57	592,47	634,04
Total				2.534,75	5.073,73	7.608,48

Fonte: Elaboração Própria (2013).

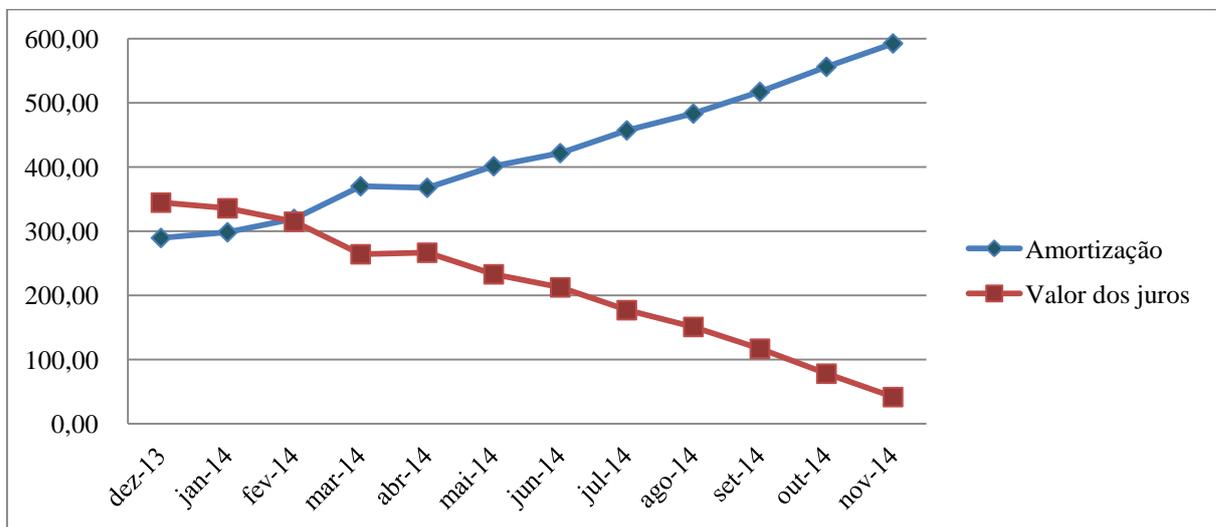
Primeiramente, se oportuna sinalar que a taxa de juros informada pelo resultado da simulação, 6,79%, é para a empregabilidade sobre um período de 30 dias. Sendo assim, para o cálculo correto da taxa mensal de juros, se requer considerar a diferença de dias entre os respectivos vencimentos. Dessa forma, conforme ilustrado na tabela 6, a taxa de juros apresenta variações que vão de 6,34% até 7,02% ao mês.

Em segundo lugar, chama-se a atenção para o saldo devedor contratado. O valor do empréstimo bancário é de R\$ 5.000,00, entretanto, a dívida firmada com o banco demanda pela cobrança de tarifas e impostos sobre a operação. Assim sendo, o valor financiado na representação aludida veio a resultar uma dívida inicial de R\$ 5.073,73, sendo R\$ 73,73, os custos tarifários da operação.

Dada estas considerações, com base na simulação exposta, será discorrido a respeito dos principais pontos da captação bancária:

a) Capitalização: a Tabela Price é um método de cálculo de juros compostos próprio da matemática financeira. De acordo com o Banco Central, 2011, este método de cálculo é preponderante nos empréstimos às famílias. Sua prática consiste em promover uma progressão geométrica de pagamentos constantes, cuja composição é formada por juros e amortização. Pelo cálculo, tanto o capital emprestado quanto o valor dos juros são diminuídos gradualmente ao longo da contratação, se extinguindo apenas no pagamento da última parcela. Este método permite a incidência dos juros a saldos decrescentes e, conseqüentemente, a um aumento gradual dos valores da amortização (TELES, 2013).

Gráfico 9 – Fluxo da amortização e do valor dos juros na tabela price



Fonte: Elaboração Própria (2013).

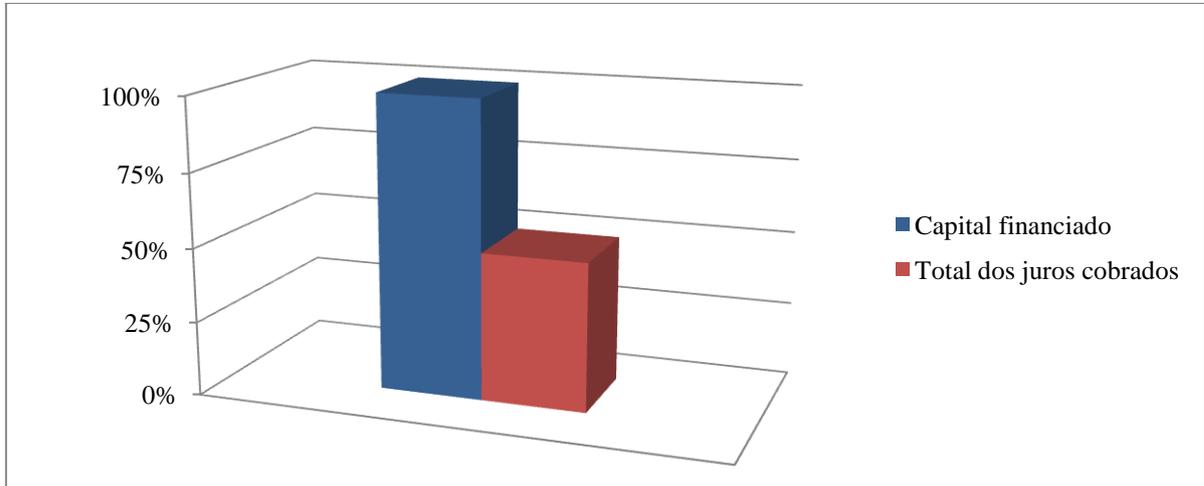
Pela variabilidade dos saldos da amortização e dos juros, a metodologia consiste em uma prática da capitalização, onde a cada prestação, estão embutidos o valor do capital e o valor dos juros sobre o saldo devedor¹². Dessa forma, cada mês, o valor pago em juros é descontado do saldo devedor, sendo a diferença entre eles o valor a ser amortizado. Por este motivo, o resultado da simulação gerada pelo banco (verificar tabela 5), onde a taxa anual de juros remuneratórios é de 122,39%, diverge do cálculo da taxa mensal $\times 12$, o correto caso sucedesse a aplicação linear de juros.

b) Juros Remuneratórios: O valor a ser transferido ao final de todo o pagamento do contrato é de R\$ 7.604,48. Deste total, R\$ 5.073,73 é destinado à amortização da dívida financiada, sendo o restante, R\$ 2.534,75 o montante captado a título de juros remuneratórios.

¹² Na metodologia da Tabela Price, as prestações P originam do cálculo $P = \frac{S \cdot j \cdot (1 + j)^n}{(1 + j)^n - 1}$, em que P é a prestação fixa, j é a taxa de juros, S é o saldo e pz o prazo remanescente (BACEN, 2011).

Vê-se que, o valor cobrado pelos juros remuneratórios representam quase 50%¹³ do total de capital emprestado:

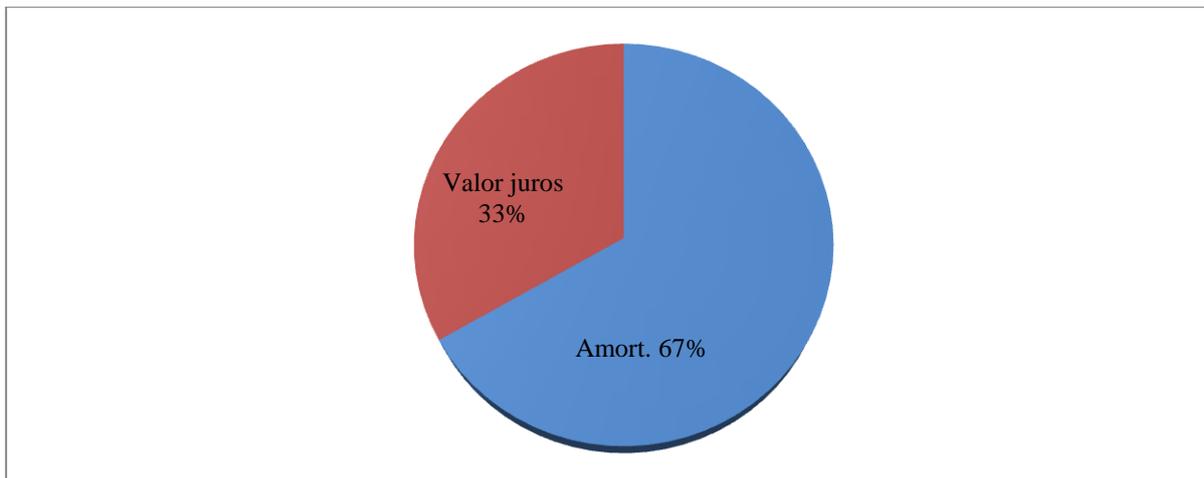
Gráfico 10 – Juros cobrados sobre o capital emprestado



Fonte: Elaboração Própria (2013).

E também, uma média de 33%¹⁴ sobre o total que deve ser transferido ao banco ao decorrer de toda a contratação:

Gráfico 11 – Juros cobrados sobre o custo total pago da contratação



Fonte: Elaboração Própria (2013).

Ademais, aponta-se para o fato de que o valor total cobrado a título de juros remuneratórios importa, aproximadamente, quatro meses¹⁵ de prestações. Ou seja, quatro das

¹³ Elaboração do cálculo:

¹⁴ Elaboração do cálculo:

parcelas do financiamento, fixadas em R\$ 634,04 serão dependidas somente ao pagamento dos juros bancários. Esta condição vem a reforçar os apontamentos levantados no capítulo dois deste trabalho, onde foi visto que parte da renda originada pela força de trabalho do endividado é apropriada pelo setor bancário. No caso em questão, ao contratar o crédito proposto pelo banco X, no período de aproximados quatro meses, o recursor creditício terá que direcionar os ganhos produzidos pela sua força de trabalho à ao menos três vertentes: primeiro, produzir a mais-valia do seu patrão capitalista; segundo, pagar os juros bancários a efeito da acumulação financeira e; terceiro, subsistir. Deste modo, o contratante proporcionará uma dupla acumulação à economia, uma advém do seu trabalho não pago e, a outra, do engenhoso sistema financeiro onde dinheiro germina do próprio dinheiro.

A título de interesse, caso fosse decidido pelo expurgo da capitalização, o contrato em questão deveria validar-se de uma taxa de juros equivalente a linear do período. A taxa linear é obtida através da multiplicação da taxa deferida na contratação pelo período total de meses. Deste modo, seria possível expressar a taxa mensal equivalente¹⁶ a linear do período que, na contratação proposta pelo banco X, converte-se em 5,09% ao mês.

Aplicando-se esta nova taxa aos demais dados da referida operação, a prestação mensal do contrato passaria a corresponder o montante de R\$ 575,41. A relevância desta questão se encontra no fato de que, desconsiderada a prática do anatocismo, os lucros captados pela elite financeira reduziriam significativamente, conforme segue ilustrado no quadro 1:

Quadro 1 – Comparativo da dívida com e sem a incidência de capitalização

Especificação Contratual	Contrato Capitalizado	Contrato Sem Capitalização	Variação Percentual	Diferença
Capital emprestado	5.000	5.000	-	-
Qtd. de prestação	12	12	-	-
Taxa mensal	6,79	5,09	-25	1,70
TAC	73,73	73,73	-	-
Valor da prestação	634,04	575,42	-9	58,62
Juros	2.534,75	1.831,31	-28	703,44
Custo total do empréstimo	7.608,48	6.905,04	-9	703,44

Fonte: Elaboração Própria (2013).

¹⁵ Elaboração do cálculo:

¹⁶ O cálculo da taxa mensal equivalente a linear do período é representado pela fórmula $(\text{taxa anual linear de juros remuneratórios} + 1)^{(1/12)} - 1$.

Com base no exposto, é possível obter uma melhor compreensão acerca dos dados elucidados na próxima seção e compreender mais precisamente a gravidade do endividamento que vem se estabelecendo como base para o consumo das famílias.

4.2 O ENDIVIDAMENTO DO BRASILEIRO

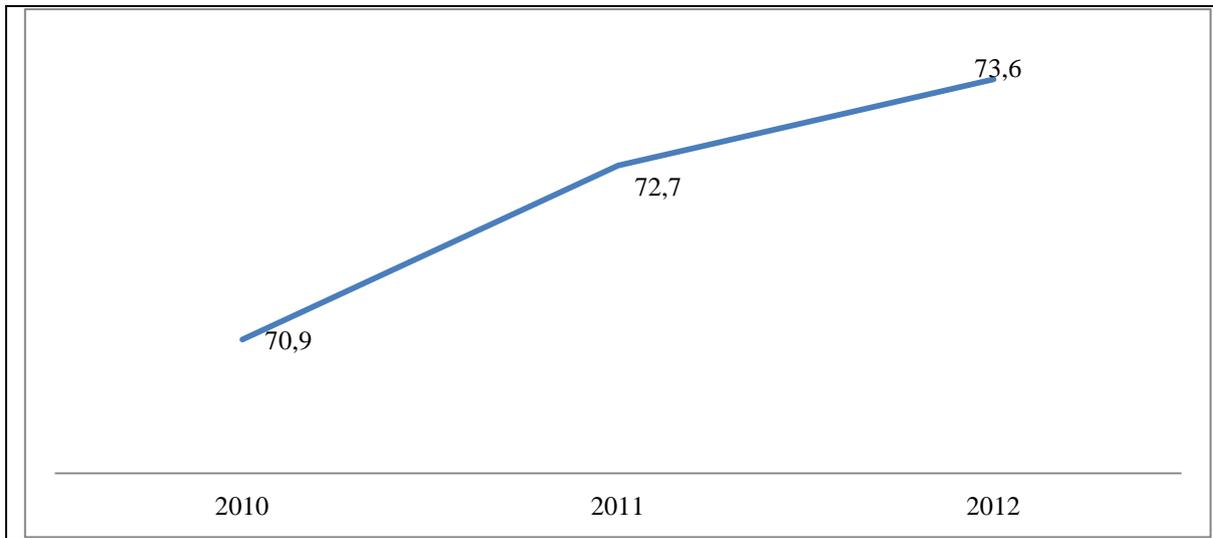
O cenário econômico brasileiro tem apresentado sinais de alerta no que diz respeito à concessão de crédito para as camadas de baixa renda. De acordo com reportagem publicada pela Zero Hora ao final de 2012, estudos da Serasa Experian, que visam mostrar o novo perfil dos usuários de cartão de crédito, evidenciaram a aceleração da inadimplência em grupos formados por consumidores com ganhos mensais entre R\$ 500 e R\$ 1.000. Os resultados da pesquisa converteram-se numa preocupação econômico-financeira, ao apontar que esse perfil é traçado (em sua maioria) por jovens da periferia, de baixa remuneração salarial, e famílias beneficiadas por instâncias de governo. Um fator bastante considerável para este cenário parte de que os novos consumidores creditícios são cidadãos iniciantes no sistema de bancarização e leigos no quesito de educação financeira.

Como consequência, 4,4% dos novos cartões têm registrado dívidas em atraso com apenas quatro meses de uso. Na avaliação de Ricardo Loureiro (presidente da Serasa Experian) as circunstâncias atuais demandam uma reformulação do modelo de concessão de crédito, uma vez que as condições dos novos consumidores têm sinalizado um maior risco para a economia.

Os dados disponibilizados pela Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC)¹⁷, elaborada pela CNC, fundamentam os riscos alertados pela Serasa Experian. A análise referente aos anos de 2010, 2011 e 2012 apontam os cartões de crédito como os maiores responsáveis pelo endividamento dos brasileiros. Os índices, calculados pela média anual, assinalam que nos últimos três anos mais de 70% das dívidas resultam do uso do cartão de crédito. Como pode ser observado no gráfico 12, este índice apresenta inclinação positiva, indicando uma potencial tendência de crescimento.

¹⁷ Cabe uma ressalva: a PEIC, elaborada pela CNC, entrevista mensalmente cerca de 18 mil consumidores, produzindo assim, uma média de 216 mil questionários por ano frente a realidade do endividamento familiar brasileiro. Ao utilizar como base de dados às entrevistas realizadas ao longo de 2010, 2011 e 2012, este trabalho valida-se de uma análise consolidada em torno de 648 mil entrevistas, o que permite um alto grau de confiabilidade nos resultados.

Gráfico 12 - Participação percentual das dívidas relativas ao cartão de crédito no endividamento total das famílias

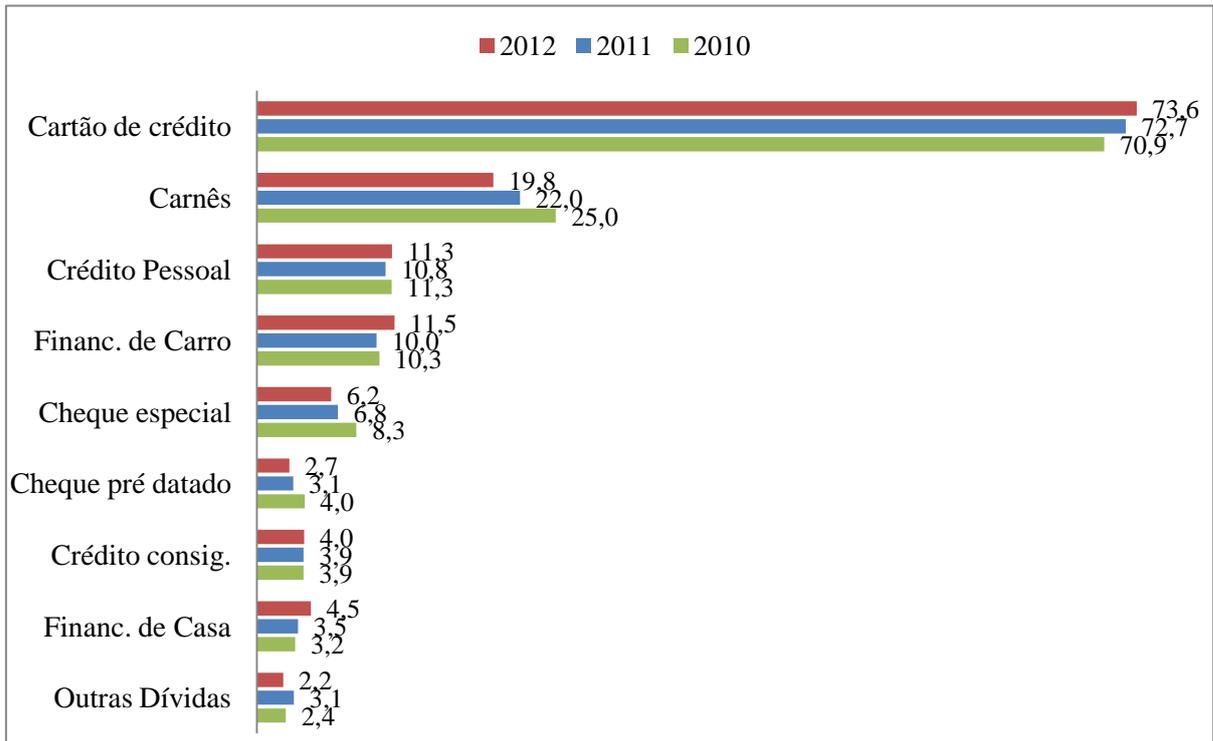


Fonte: Confederação Nacional do Comércio (CNC), PEIC.

O elevado índice do endividamento com o cartão de crédito encontra suas explicações na facilidade com que este confere poder de compra. É um dinheiro de fácil acesso que transmite segurança de portabilidade e possibilita o parcelamento dos pagamentos. No entanto, o cartão promove a invisibilidade do dinheiro, o que pode gerar o descontrole financeiro. Aos poucos, pequenas compras se transformam em gastos excessivos e o cartão de crédito em vilão de uma sociedade consumista (BUSSINGER), [s.d.].

Quanto às outras modalidades de endividamento, os carnês atingiram a segunda colocação, seguidos pelos empréstimos de crédito pessoal e financiamento de veículos. Cabe observar o declínio periódico ocorrido nos índices de endividamento por carnês e cheque especial, sendo este último verificado quase que na mesma proporção dos acréscimos ocorridos as dívidas com cartão de crédito. Sendo assim, as diminuições ocorridas não necessariamente representam um menor endividamento das famílias, pois os índices podem apenas indicar uma migração da dívida para outras formas de modalidades de crédito.

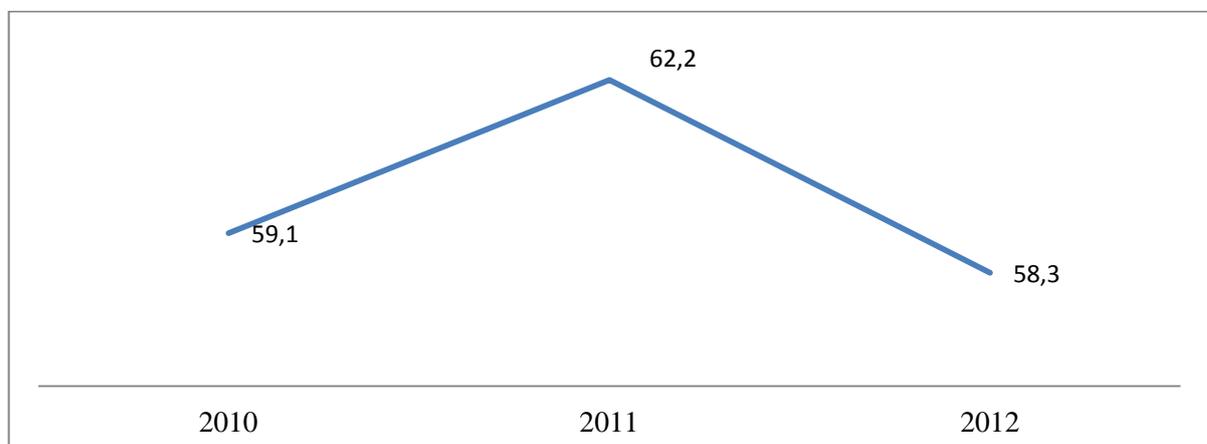
Gráfico 13 – Principais modalidades de endividamento



Fonte: Confederação Nacional do Comércio (CNC), PEIC.

As diversas opções de crédito disponíveis na atualidade induziram a economia do país a registrar índices bastante preocupantes quanto ao total do endividamento familiar. Em 2010, 59,1% das famílias brasileiras se encontravam com algum tipo de dívida, ou seja, mais da metade das famílias vivenciavam o que se pode denominar como a primeira fase do endividamento, que é composto basicamente pelo ciclo: compras - dívidas - juros. Em 2011, este índice aumentou para 62,2%, e em 2012 caiu para 59,1 pontos percentuais.

Gráfico 14: Total percentual de famílias brasileiras endividadas



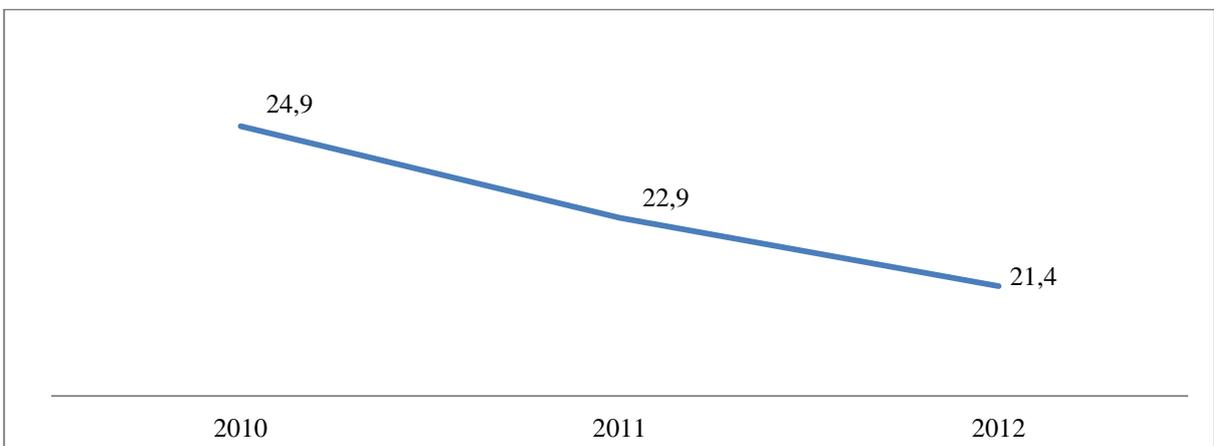
Fonte: Confederação Nacional do Comércio (CNC), PEIC.

Este índice aparentemente não sinaliza em nenhuma preocupação econômica, financeira ou social, visto que a dívida apenas representa uma compra a crédito. Entretanto, como já discutido no capítulo dois do presente trabalho, a dívida é proprietária de uma riqueza futura; por esse motivo, os endividados acabam tendo a sua renda, até então fictícia, comprometida e controlada por um elitista grupo de credores. Este comprometimento é a base que determina muitas das ações de uma sociedade e isto pode leva-la a diversas formas de contentamento e estagnação.

Por esse aspecto, os índices apresentados registram muito mais do que simples compras a crédito. Os índices indicam que ao longo dos últimos três anos, uma média de 60% do total de famílias brasileiras direcionaram parte de sua renda, ao pagamento de bens e serviços adquiridos há dias, meses ou até mesmo anos passados. Este processo pode resultar em um ciclo vicioso do endividamento, pois muitos dos consumidores endividados são incapazes, no presente, de satisfazer minimamente as suas necessidades reais, o que resulta em um maior crescimento da demanda por crédito no mercado (RÊGO, 2013).

De forma mais específica, o dinheiro adquirido no tempo atual é utilizado para pagar as satisfações e as necessidades passadas; sendo assim, para que seja possível comprar as satisfações e as necessidades da atualidade, são evidentemente necessárias às contratações de novas dívidas. O problema em questão ainda agrava-se à medida que muitos desses devedores possuem dívidas ou contas em atraso, o que acarreta na prática declarada da capitalização de juros. No que diz respeito a esta condição, cumpre primeiramente, demonstrar a evolução do indicador ao longo do período observado:

Gráfico 15: Total percentual de famílias brasileiras endividadas com contas em atraso

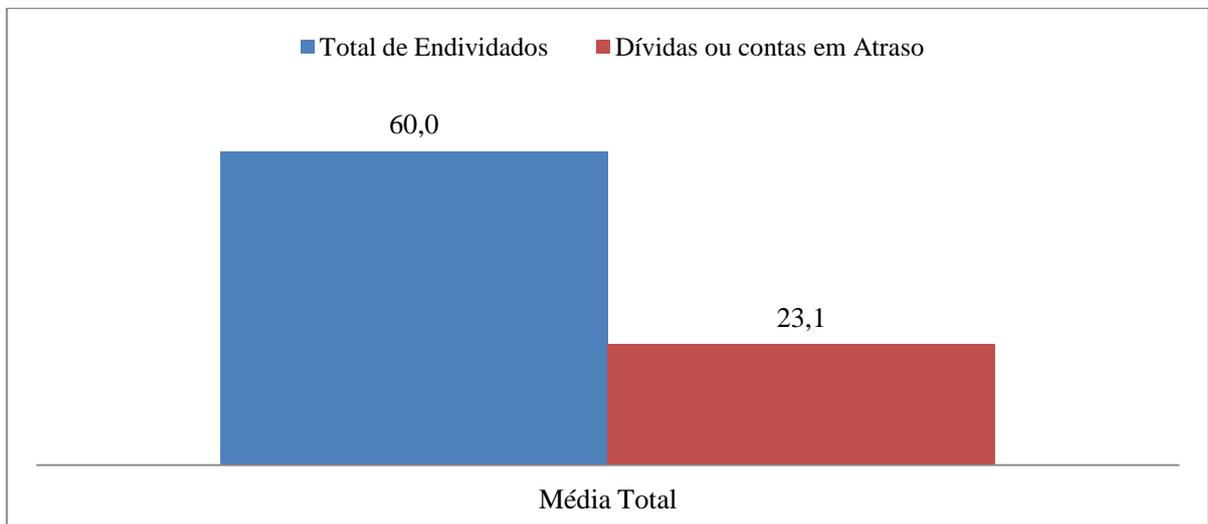


Fonte: Confederação Nacional do Comércio (CNC), PEIC.

Do gráfico acima, é possível verificar que o percentual de famílias brasileiras que possuem dívidas ou contas em atraso apresentou um contínuo declínio nos últimos anos. Todavia, o índice aponta que, em média, consideráveis 23% do total de endividados tiveram suas dívidas capitalizadas. Isso significa que a renda que 23% das famílias endividadas comprometeram com o pagamento de dívidas, sofreram correções diárias que, ao final, resultaram em dívidas mais elevadas do que as inicialmente contratadas. Este processo não é atrelado a nenhuma etapa de capital fixo produtivo. O dinheiro, por si só, é o suficiente para produzir mais-valia. Assim, o capital adicionado na economia pela incidência de juros e pela prática da capitalização das dívidas creditícias vem a estabelecer uma acumulação regrada pelo sistema financeiro.

Os credores, além dos juros e demais encargos, têm a seu benefício a aplicabilidade da capitalização. Com base nas representações aludidas na seção 4.1 foi possível verificar, de forma clara, os ganhos conquistados a efeito dos inadimplimentos de crédito, dado que as taxas de juros remuneratórias crescem de forma substancial. Posto isto, julga-se pertinente analisar mais detalhadamente os indicadores de endividamento divulgados pela pesquisa da CNC:

Gráfico 16 - Média total percentual do endividamento das famílias brasileiras – 2010, 2011 e 2012



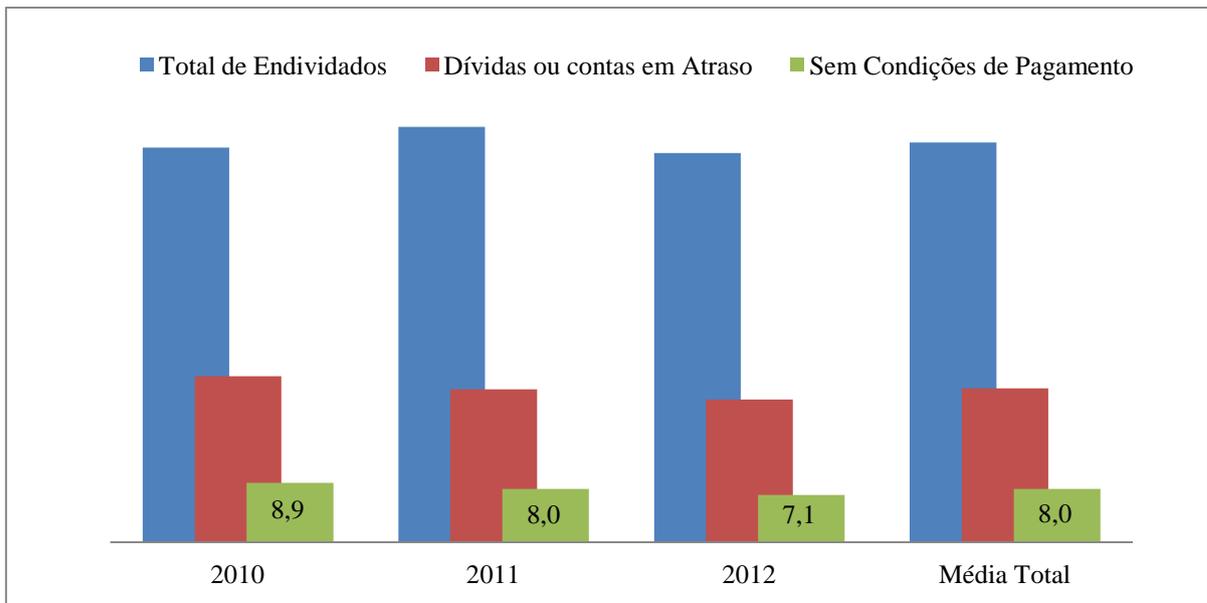
Fonte: Confederação Nacional do Comércio (CNC), PEIC.

Tomando como base os últimos três anos, verifica-se que 60% do total de famílias brasileiras possuem algum tipo de dívida. No entanto, o que inicialmente só era endividamento se transformou em inadimplência para aproximados 23% das famílias. Logo, 3/8 das famílias endividadas tiveram suas dívidas reguladas e atualizadas pelo sistema de

capitalização. Por assim, o interesse dos credores na inadimplência é um fator a ser levado em consideração, já que os assíduos crescimentos nas taxas remuneratórias resultam em pagamentos mais elevados. Por esses meios, é possível considerar que as dívidas em atraso representam a segunda fase do endividamento, agora caracterizado por: compras - dívidas - juros - juros’.

As atualizações e os reajustes incorporados às dívidas em atraso resultam em um maior comprometimento da renda por parte dos devedores. Por essa questão, muitos endividados se deparam com a inviabilidade de saldar os atrasos. A decorrência desses fatores resulta no terceiro indicador a ser abordado nesta seção - a incapacidade de pagamento de dívidas pelas famílias.

Gráfico 17 – Total percentual de famílias brasileiras endividadas sem capacidade de pagamento



Fonte: Confederação Nacional do Comércio (CNC), PEIC.

Conforme ilustrado no gráfico acima, o indicador de incapacidade de pagamento pelas famílias apresentou declínio de 1,8 pontos percentuais ao longo do intervalo percebido. As variações ocorridas durante os anos considerados apontam por uma taxa potencial média de 8,0%. Em termos percentuais o índice se mostra baixo, entretanto, são numerosas as histórias de quem se endividou e se viu diante da precariedade financeira. A ex-atendente de uma concessionária Patrícia Alessandra é uma dentre muitos outros brasileiros que compõe os resultados apresentados. No ano de 2006, Patrícia recorreu a um empréstimo bancário na expectativa de que o mesmo lhe proporcionasse uma melhor qualidade de vida. As suas carências em vestimenta e a compra de material escolar para os seus cinco filhos seriam

supridas. Foi visando contratar um simples empréstimo que a até então atendente saiu do banco com cartão de crédito, consignado e um limite maior no cheque especial.

Os resultados foram desastrosos, além de gastar muito além do devido e inicialmente esperado, no ano de 2009, Patrícia perdeu o emprego. Desempregada e sem dinheiro para quitar os seus débitos, suas dívidas atingiram o montante de R\$ 6 mil. Somente cerca de um ano após o ocorrido Patrícia conseguiu voltar ao mercado de trabalho. Foi com uma renda familiar de R\$ 1.800 que quitou dois terços das suas dívidas e negociou o restante com o banco (GOMES E LIGNELLI, 2011).

O processo do endividamento levou uma média de 8,0% das famílias, nos últimos três anos, a se depararem com dívidas mais elevadas do que efetivamente as suas rendas poderiam atender (verificar gráfico 17). O desenvolvimento das dívidas em atraso é embutido de mora, correção monetária, juros capitalizados e outros encargos financeiros. A maneira como elas se desenvolvem seja talvez o fator mais relevante para a condição da incapacitação do pagamento. Os juros e as correções podem adicionar à dívida valores tão elevados quanto ela própria.

Saldar dívidas elevadas pode debilitar a condição socioeconômica dos devedores, no entanto, não honrar os compromissos creditícios os expõe a circunstâncias ainda mais graves. O não pagamento das dívidas leva os consumidores a terem seu nome incluso no cadastro de inadimplência, o qual fica disponível para consulta pública. Os devedores então se veem restritos de compras a crédito, utilização de cheques e com dificuldades para alugar imóveis e outros bens. Corre-se o risco até mesmo de um acionamento judicial e em caso de perda, podem se deparar com suas contas bancárias bloqueadas e seus bens penhorados (YAZBEK, 2013).

Por esses motivos, mesmo diante da precariedade financeira, os devedores tendem a viabilizar as renegociações creditícias; realizadas, em sua maioria, mediante os contratos de Confissão de Dívida. Nesse momento, entra em vigor a terceira e provavelmente mais articulada etapa do endividamento, integrada por compras - dívidas - juros - juros' - renegociação.

A renegociação é a maneira pela qual ocorre o encadeamento das dívidas já contraídas, cujo objetivo é seu pronto pagamento em único contrato. Ou seja, é um novo empréstimo concedido pela parte credora na finalidade de pagar a si mesma. Deste modo, seu trunfo encontra-se na incidência de uma nova taxa de juros sobre as dívidas já acumuladas de encargos financeiros, embutidos em contratações anteriores.

Mediante um estudo recentemente noticiado pelo SPC Brasil¹⁸ (Serviço de Proteção ao Crédito), se averiguou que oito em cada dez consumidores inadimplentes quitam suas dívidas por meio de renegociações bancárias. Esta informação evidencia a mudança de comportamento por parte dos bancos quanto à forma de transacionar com os devedores inadimplentes.

“Os números revelam uma mudança clara de comportamento na maneira como os bancos brasileiros passaram a se relacionar com os próprios clientes, sobretudo os de menor poder aquisitivo. Se antes a relação era inflexível, agora as instituições financeiras parecem querer ouvir propostas e renegociar, independentemente do perfil do correntista” (SPC Brasil, 2013 p.1).

Retomando a abordagem do capítulo dois, esta mudança no setor bancário se atribui a uma reformulação a efeito das limitações impostas pelas dívidas não pagas. Pela renegociação, a dívida contraída torna-se apta para se transformar “*numa fonte permanente de lucro*” (BAUMAN, 2009, p.13, grifo do autor). Na atual fase creditícia é notável o interesse dos bancos pela inadimplência; o não pagamento de dívidas leva os devedores a renegociações e estas renegociações resultam em serviços continuados, onde se reproduz a incidência de novos juros, encargos e diversos outros artifícios. Assim, os devedores inadimplentes tornaram-se clientes indispensáveis, pois é com base nas dívidas vencidas que os emprestadores de crédito obtêm a maximização dos seus lucros. São esses lucros, os obtidos pela renegociação do(s) crédito(s), que intensificam a exploração do mecanismo e justificam as afirmações de Bauman, 2009, p.14-15:

[...] os bancos credores realmente não queriam que seus devedores pagassem suas dívidas. Se eles pagassem com diligência os seus débitos, não seriam mais devedores. E são justamente os débitos (os juros cobrados mensalmente) que os credores e benevolentes (além de muito engenhosos) resolveram e conseguiram *transformar na principal fonte de lucros constantes* [...] Para eles, o “devedor ideal” é aquele que jamais paga integralmente suas dívidas.

O mais agravante é o fato de que esta condição é imposta, em sua maioria, para os devedores das baixas classes sociais. O estudo divulgado pelo SPC Brasil, salienta que o percentual de consumidores inseridos às classes CDE recorrentes a renegociação creditícia é 6% mais elevado do que os recorrentes das classes AB. Portanto, a contínua e mais acentuada lucratividade de crédito bancário acaba sendo assegurada pelos grupos de renda mais baixa, pois conforme será analisado na próxima seção, são os que se encontram mais endividados.

¹⁸ O estudo, que buscou traçar o perfil e os hábitos dos contratantes de crédito no Brasil, se baseou em 1.238 entrevistas realizadas em todas as capitais no país.

4.3 O ENDIVIDAMENTO POR FAIXA DE RENDA

O Índice de Expectativas das Famílias (IEF)¹⁹ é um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) que tem como finalidade apontar o grau de expectativa das famílias brasileiras em relação a conjuntura socioeconômica do país. Nesta seção, além dos dados da pesquisa elaborada pela CNC, Serasa Experian e SPC Brasil; serão consideradas as percepções das famílias frente ao seu endividamento nos últimos anos, tomando como base estudos divulgados em 2010, 2011 e 2012 pelo IEF.

Pela tabela 6 pode-se constatar que os índices mais elevados quanto às percepções de endividamento se encontram entre as classes de renda mais baixa. Com base nos últimos três anos, 11,5% das famílias com faixa salarial de até 1 salário mínimo, compreendem estar enquadradas dentro do pior nível de endividamento – muito endividado. Este percentual representa o maior índice desta modalidade de endividamento e indica uma baixa qualidade de crédito e de educação financeira por parte das famílias mais pobres.

Nota-se também que o percentual dos classificados como muito endividado tende a diminuir à medida que a renda se eleva. Cabe apontar que este fato apenas não ocorre nos últimos dois grupos abordados pelo fato de que os mesmos comportam maiores quantidades de faixas de renda em comparação aos demais.

Tabela 6 - Percepção do grau de endividamento das famílias por faixa salarial

Renda	Nível do Endividamento (%)			
	Muito Endividado	Mais ou Menos Endividado	Pouco Endividado	Não tem dívidas
Até 1 SM	11,55	16,34	15,32	56,65
De 1 a 2 SM	9,70	18,50	20,75	51,04
De 2 a 4 SM	7,25	19,53	23,07	50,15
De 4 a 5 SM	5,35	21,56	23,59	49,13
De 5 a 10 SM	8,72	21,64	27,11	43,78
Mais de 10 SM	7,14	16,74	26,41	49,09

Fonte: IPEA – IEF.

Quanto às faixas de renda mais elevadas, a maior parte dos entrevistados associados a esta parcela da população acredita se encaixar num grau de endividamento aceitável. Em

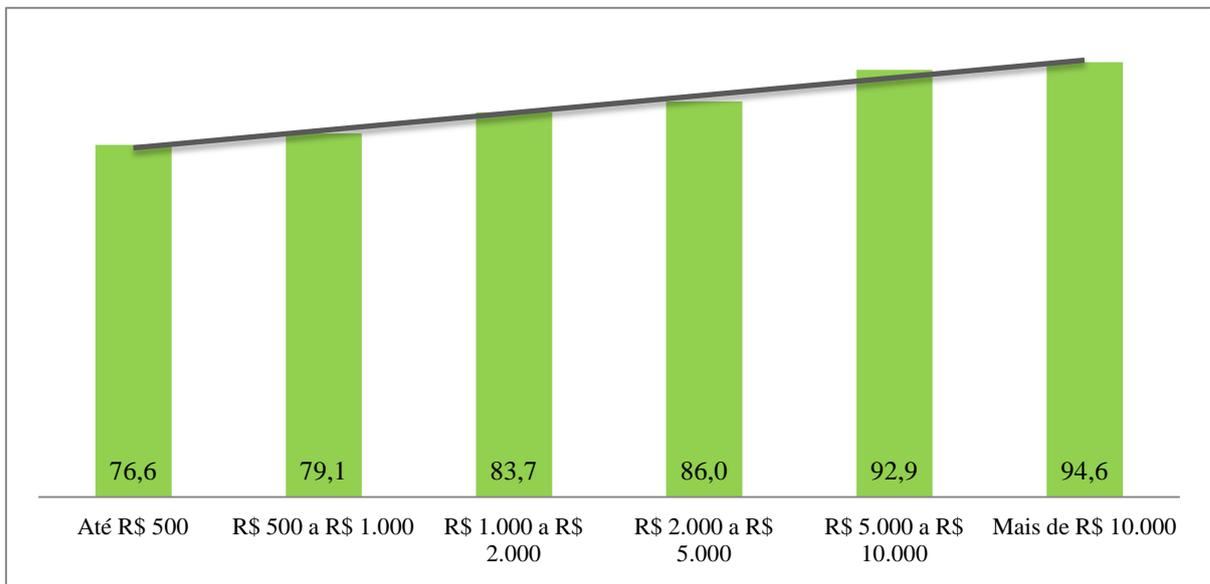
¹⁹ Elaborado pelo Ipea desde agosto de 2010 com resultados relativos até agosto 2012, os dados divulgados pelo IEF são produzidos com base em uma pesquisa realizada em 3,8 mil domicílios, em mais de 200 municípios do país. Neste trabalho, foram considerados os índices divulgados em out/2010, mai/2011, out/2011 e mai/2012, abrangendo assim uma média de 15 mil depoimentos.

média 26,41% dos endividados da classe A, com remuneração salarial acima de 10 salários mínimos, afirmaram se adequar dentro de um padrão de endividamento relativamente baixo. Estas informações servem como base explicativa para os apontamentos levantados pelo indicador Serasa Experian da qualidade de crédito do consumidor²⁰.

A partir do gráfico 18, com base no levantamento da Serasa Experian, observa-se a qualidade do crédito despendida a consumidores com variadas faixas de renda. Tal levantamento aponta por um indicador com variação em uma escala de 0 a 100 sendo que, quanto mais próximo de 100 menores são as probabilidades de inadimplência e maior é a qualidade do crédito. E, quanto mais próximo de 0 maiores são as possibilidades de inadimplimento e, conseqüentemente, menor é a qualidade do crédito.

Dada estas informações, é possível evidenciar a baixa qualidade do crédito nas camadas de renda mais baixa. Ainda nota-se que a qualidade do crédito se encontra diretamente relacionada com o aumento da renda. Sem variações, o indicador aponta por uma linha crescente em desempenho ao crescimento das rendas observadas. Desta forma, pode-se extrair que os grupos de baixa renda não apenas se classificam como os potencialmente mais endividados (ver tabela 6), mas também como os mais propensos à inadimplência.

Gráfico 18 – Indicador Serasa experian qualidade de crédito do consumidor – Média 2007-2012



Fonte: Serasa Experian (2013).

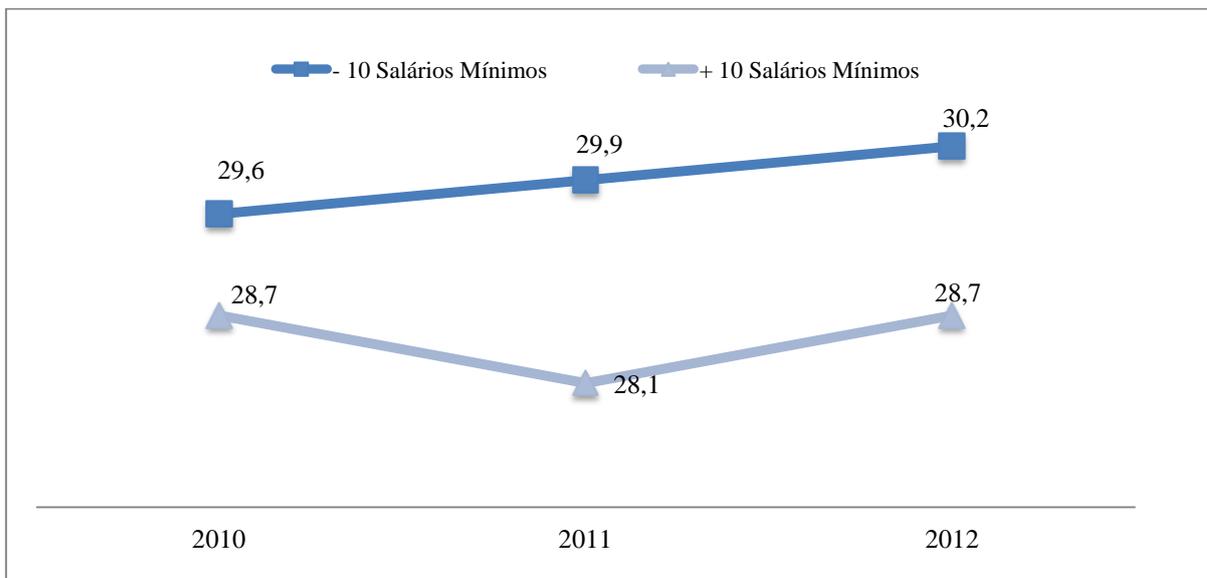
Pelo exposto, faz-se um parêntese a respeito dos pontos levantados no capítulo três deste trabalho. As políticas de transferência direta de renda, como a exemplo do programa

²⁰ O referido indicador é composto, trimestralmente, pelos *scores* computados de uma amostra aleatória figurada de 450 mil pessoas físicas registradas da base de dados da Serasa Experian.

bolsa família, acabaram por promover a inclusão financeira das classes de renda mais baixa. Conforme já evidenciado, desde a vigência do programa cresceu o número de pessoas físicas vinculadas a instituições bancárias. A partir disso, os bancos puderam operar de maneira mais expressiva com esta parcela da população, ofertando serviços de conta corrente, títulos de capitalização, cartão de crédito, cheque especial, consignado, entre outros. Com estas medidas a renda familiar das famílias beneficiadas se destina aos serviços ofertados pelos bancos.

Uma das possíveis comprovações desta questão reflete-se pelo nível de comprometimento da renda no pagamento de dívidas. De acordo com a pesquisa CNC, é maior a parcela da renda comprometida com o pagamento de dívidas entre as famílias com renda inferior a 10 salários mínimos. O gráfico 19 mostra que, em média, as famílias com renda superior a 10 salários mínimos comprometem 28% da sua renda com o pagamento de dívida, enquanto as famílias com renda inferior a este patamar comprometem cerca de 30% da sua renda em questões de endividamento.

Gráfico 19 – Comprometimento da renda com pagamento de dívidas

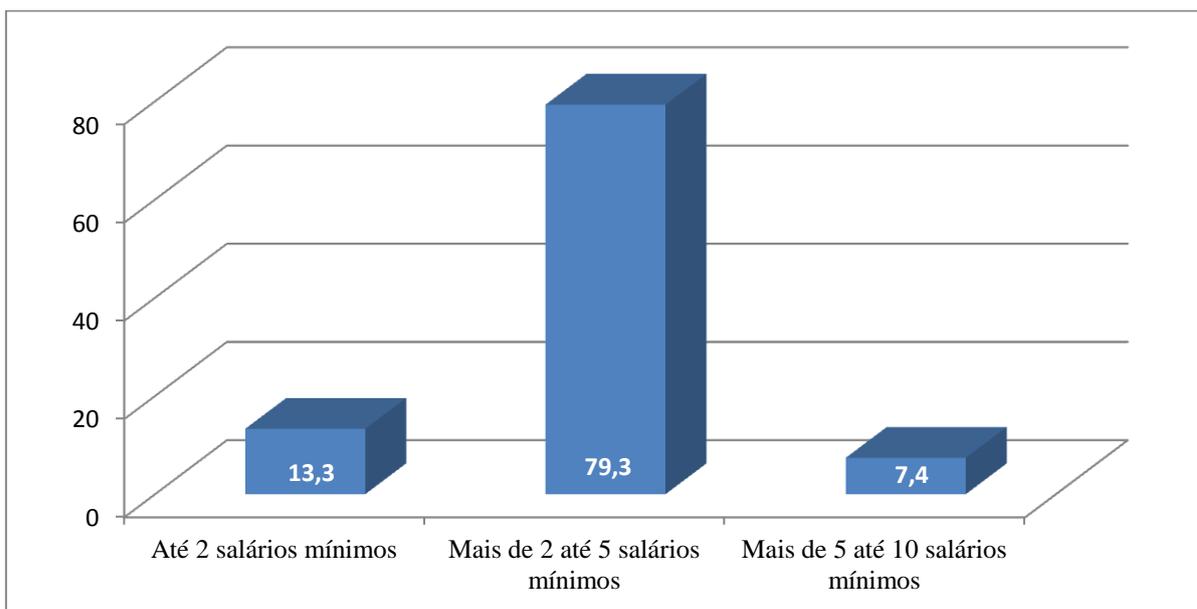


Fonte: Confederação Nacional do Comércio (CNC), PEIC.

Como um dado complementar dos remunerados com até 10 salários mínimos, um estudo realizado pela Federação Nacional do Comércio²¹ aponta que a maior parte dos consumidores inadimplentes, entre esta faixa de renda, se encontram entre os que ganham de dois a cinco salários mínimos (ver gráfico 20).

²¹ Estudo realizado no ano de 2007, com uma amostra de 300 entrevistados.

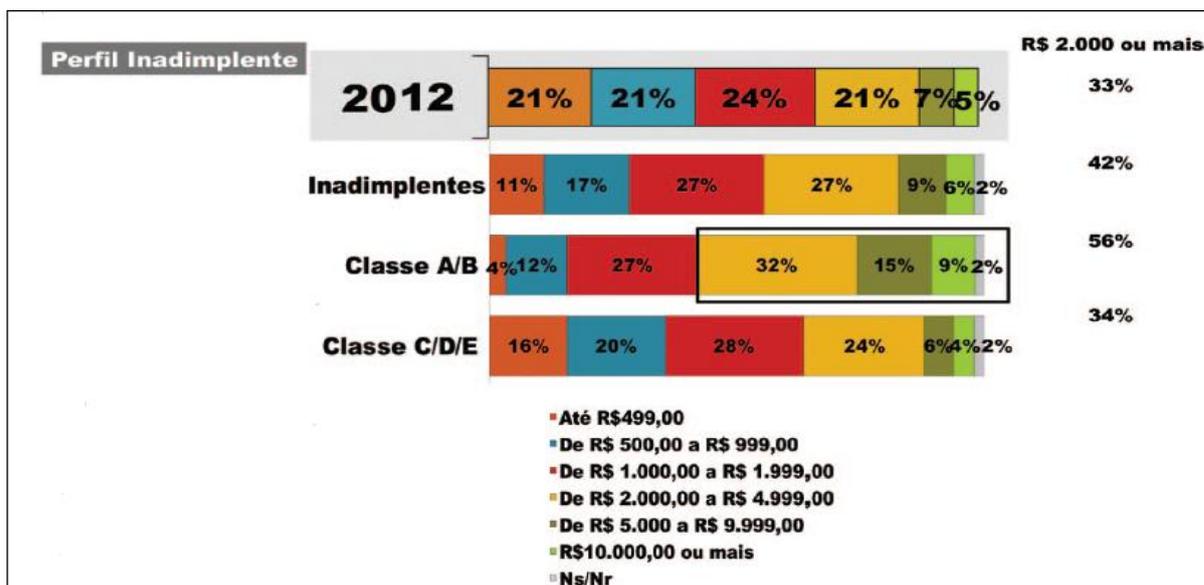
Gráfico 20 – Distribuição da inadimplência entre os remunerados com até 10 salários mínimos



Fonte: FECOMERCIO (2007).

Em relação ao total das dívidas entre os inadimplentes, através de uma análise da SPC Brasil, com base no ano de 2012, verifica-se um maior valor de endividamento por parte dos consumidores de maior poder aquisitivo. No entanto, proporcionalmente a seu nível de renda, é possível que os inadimplentes das classes CDE apresentem dívidas mais expressivas, podendo vir a explicar a alta percepção de endividamento desta parcela da população, consoante verificado na tabela 6.

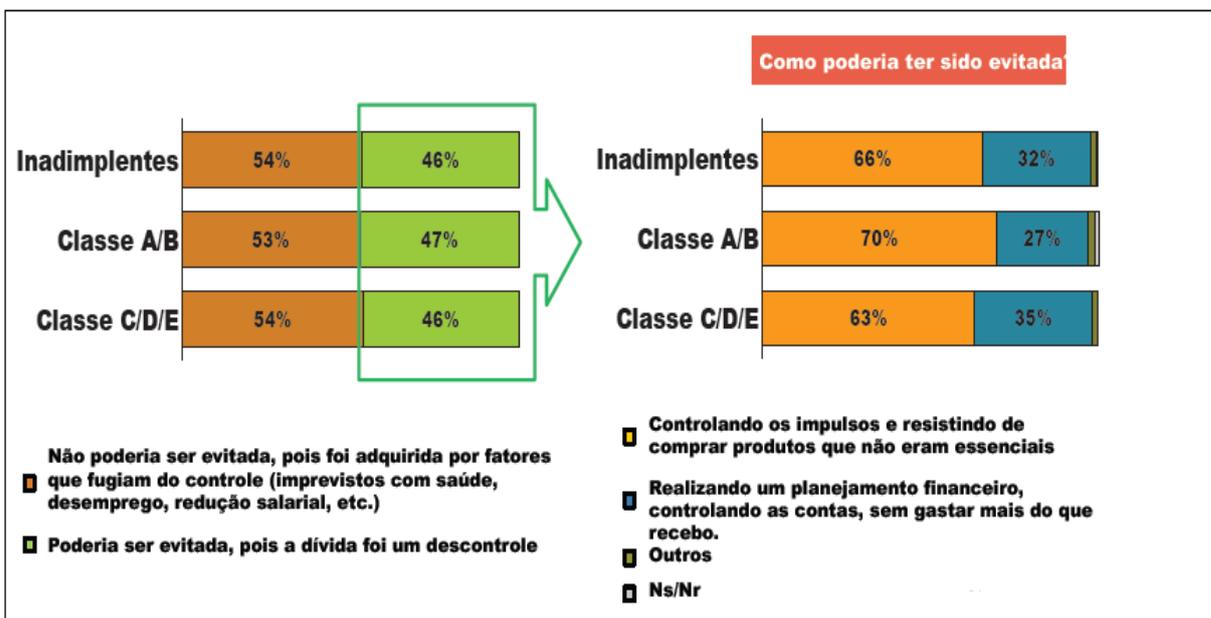
Gráfico 22 – Valor total das dívidas entre os inadimplentes



Fonte: SPC Brasil (2012).

Um tópico de extrema importância a respeito da inadimplência se relaciona com o comportamento consumista estabelecido na sociedade. As chamadas “necessidades fabricadas” como visto no capítulo dois, tem levado a sociedade ao endividamento descontrolado e, em sua maioria, pela compra de bens supérfluos. Uma média de 46% do total de inadimplentes afirmou que suas dívidas poderiam ter sido evitadas. Sobre o questionamento de como isto poderia ocorrer, 66% responderam que poderiam evitar as dívidas controlando impulsos e resistindo a compra de produtos não essenciais.

Gráfico 22 – Atribuições do inadimplemento das famílias



Fonte: SPC Brasil (2012).

O consumismo desvairado, que instituiu a relação entre felicidade e consumo, foi estabelecido na sociedade capitalista no intuito de aumentar a produção de mercadorias e então, o lucro do detentor de capital. Este processo, mesmo que prejudique o consumidor endividado, simboliza uma troca de interesses e proporciona ganhos em diversos setores da economia, dado os benefícios advindos do aumento da produção.

A falta de planejamento e educação financeira, por sua vez, pode vir a expressar uma intensificação da desigualdade econômica. A falta de conhecimento creditício conduz o consumidor a pagar um preço mais elevado do que o originalmente esperado na compra de uma determinada mercadoria. As taxas financeiras, os juros, a capitalização e outros artifícios do crédito incidem sobre o saldo devedor elevando significativamente a dívida contratada. Deste modo, o devedor é surpreendido com valores que transcendem a sua capacidade de

pagamento, resultando, dessa forma, uma dívida inadimplida. Posto isto, a dívida não paga crescerá diariamente sob o compute de juros e todos os demais encargos bancários. Este processo não demanda pela compra demasiada de mercadorias, não intensifica o comércio e não contabiliza um melhor equilíbrio financeiro. Apenas, quando encerrado, maximiza os lucros da elite bancária em detrimento da renda do consumidor.

O modo como às dívidas se desenvolvem pode vir a acarretar o retrocesso econômico do consumidor e o aumento do lucro bancário. Por assim, o crédito se torna um potencial propulsor da desigualdade. Este fator pode não vir a compor os indicadores de distribuição de renda do país, visto que não é um processo de transferência única e direta de renda, no entanto, as implicações do crédito, expostas ao longo do capítulo, o tornam potencialmente capaz de justificar a consolidação das diferenças socioeconômicas.

5. CONCLUSÃO

Pelo viés desenvolvimentista, o crédito pode ser atrelado a um instrumento econômico expansionista, capaz de ampliar o poder de compra dos seus contratantes. No entanto, a maneira com que este mecanismo se estabeleceu perante a classe proletária provocou uma série de externalidades tanto positivas quanto negativas a sociedade em geral.

Neste trabalho, o crédito foi apresentado como uma nova reestruturação do sistema capitalista que, em sua essência, demanda por mudanças. Como uma nova fonte de exploração, por assim dizer, o crédito necessita reforçar os fundamentos que matem o sistema em vigência. No capítulo dois, viu-se que os fundamentos do regime capitalista consistem, basicamente, em produção de mercadorias, propriedade privada dos meios de produção, existência de trabalhadores dispostos a vender sua força de trabalho no mercado, comportamento individualista e desigualdade socioeconômica. Caso contrário, a sociedade estaria submetida à outra forma de organização, que não o capitalismo.

Posto isto, analisou-se que as imposições geradas pelo sistema creditício, mais especificamente pela dívida, são capazes de reforçar os fundamentos do sistema como a baixa remuneração salarial, consumismo, ignorância, exploração da força de trabalho, entre outros. Isto é, o crédito é potencialmente capaz de prover e intensificar as condicionalidades impostas para o funcionamento do sistema capitalista. Todavia, torna-se um paradoxo diante da sua capacidade de distribuir renda e, conseqüentemente, incentivar a inclusão social com a sua aptidão em maximizar os lucros advindos do endividamento.

Diante disso, o trabalho visou responder se os danos do endividamento ao consumidor são capazes de sobrepujar os ganhos de poder aquisitivo originados pelas contratações de crédito. Nesta finalidade, no capítulo três, discorreu-se a respeito da inserção e expansão do crédito pós-2003 as famílias brasileiras. Em suma, foi possível constatar que as medidas de estímulo ao crédito proporcionaram melhoras à economia do país, em contrapartida, tais medidas podem ter assegurado à subordinação das classes de renda mais baixa, cujos anseios foram supostamente supridos. Ou seja, encontrou-se a fórmula pra construção de um estado mais igualitário sobre um sistema que demanda pela falta do mesmo. A questão é: será que estas políticas de fato beneficiam as classes de renda mais baixa? As condicionam a um padrão mais elevado? Permitem sua ascensão ou são apenas “[...] um reformismo em migalhas”? (VIANA, 2009 p.289).

O capítulo quatro, primeiramente, buscou apresentar as formas com que a elite financeira maximiza seus ganhos de crédito, explicitando assim os custos acobertados nas contratações de empréstimo. Dessa forma, foi possível obter um melhor entendimento quanto ao real valor pago pelas operações de crédito que retornam as financeiras majorados de juros e capitalização. Em sequência, foi realizada uma análise sobre o nível de endividamento do brasileiro, evidenciando o interesse dos bancos nas dívidas, na inadimplência, nas renegociações e todos os meios de computo de juros e encargos que somam na composição do seu capital.

Pelo endividamento por faixa de renda, viu-se que as classes mais baixas da população são condicionadas a inadimplência devido ao descontrole consumista, a baixa renda e a falta de educação e planejamento financeiro. Deste modo, a distribuição de crédito a esta parcela da população pode levá-las a estagnação e ao retrocesso econômico à medida que maximiza os lucros bancários em detrimento das suas rendas. Sendo assim, o crédito reforça os mecanismos requeridos pelo sistema e se fundamenta como um potencial propulsor da desigualdade.

Pelo número elevado de devedores, pela escassez de informações e pelo fluxo de pagamentos inconstantes e desalinhados dos recursos creditícios, não foi possível verificar se há de fato uma piora na repartição da renda do país. O que, por ora, se pode afirmar é que pela ganância elitista, pela ambição capitalista de possuir, mais do que qualquer outra coisa, o crédito se fundamenta como uma ferramenta repleta de contradições, sendo potencialmente capaz de intensificar as exigências do capitalismo e estabelecer um estado socioeconômico desigual.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jansen Fialho de. **Tabelas de Atualização Monetária**. Disponível em: <<http://www.gilbertomelo.com.br/anatocismojuros-compostos/1820-a-capitalizacao-dos-juros-e-a-medida-provisoria-no-217001>>. Acesso em: out. 2013.

ANDRADE, Elisson de. Análise comparativa: Tabelas Price e SAC (1). **Blog do Professor Elisson de Andrade**. Publicado 16 jan. 2012. Disponível em: <<http://profelisson.com.br/2012/01/16/tabela-price-e-sac-parte-1/>>. Acesso em: out. 2013.

ANDRADE, Elisson de. Análise comparativa: Tabelas Price e SAC (2). **Blog do Professor Elisson de Andrade**. Publicado 19 jan. 2012. Disponível em: <<http://profelisson.com.br/2012/01/19/analise-comparativa-entre-tabela-price-e-sac-parte2/>>. Acesso em: out. 2013.

BALANÇO DO GOVERNO. **Combate à exclusão, à pobreza e à desigualdade**. Disponível em: <http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br/cidadania-e-inclusao-social/pdf-deste-eixo/baixe-o-conteudo-deste-eixo-em-pdf/1_combate_a_exclusao.pdf/at_download/file>. Acesso em: ago. 2012.

BALANÇO DO GOVERNO. **Inclusão bancária e microcrédito**. Disponível em: <http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br/desenvolvimento-sustentavel-com-reducao-de-desigualdade/pdf-deste-eixo/baixe-o-conteudo-deste-eixo-em-pdf/3_inclusao_bancaria.pdf/at_download/file>. Acesso em: ago. 2012.

BARCELLOS, Gustavo. **A alma do consumo**. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=291>>. Acesso em: ago. 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo Parasitário**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida a Crédito**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BOA VISTA Informação e Decisão. **Pesquisa perfil do inadimplente 3º trimestre 2012**. Disponível em: <<http://www.boavistaservicos.com.br/wp-content/uploads/2012/11/pesquisaperfil.pdf>>. Acesso em: out. 2013.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Apresentação do ministro Guido Mantega na Cerimônia do Programa Minha Casa, Minha Vida**. Publicado 04 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/divulgacao/apresentacoes/2012/apresentacao-do-ministro-guido>>

[mantega-na-cerimonia-do-programa-minha-casa-minha-vida/view?searchterm=minha%20casa%20minha%20vida](#)>. Acesso em: nov. 2013.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Economia Brasileira em Perspectiva**. 17.ed. Brasília. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/divulgacao/publicacoes/economia-brasileira-em-perspectiva/economia_brasileira_em_perspectiva_pt_ed17_dez2012.pdf>. Acesso em: set.2013.

BRASIL. Presidência da República. **Medida Provisória nº 2.170-36, de 23 de agosto de 2001**. Dispõe sobre a administração dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, consolida e atualiza a legislação pertinente ao assunto e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2170-36.htm>. Acesso em: nov.2013.

BRUNO, Miguel. **Finance-Led Growth Regime no brasil**: estatuto teórico, evidências empíricas e consequências macroeconômicas. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v31n5/a03v31n5.pdf>>. Acesso em: nov. 2012.

CAIXA. Minha Casa Minha Vida. **Dois milhões de casas para os brasileiros**. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/habitacao/mcmv/>>. Acesso em: nov. 2013.

COMO funciona o Minha Casa Minha Vida 1 e 2. Disponível em: <<http://www.oficialblog.com.br/2013/01/Minha-Casa-Minha-Vida-1-e-2.html>>. Acesso em: nov. 2013.

DOMINGOS, Reinaldo. Dados apontam para o crescimento do ciclo do endividamento. **InfoMoney**. Publicado 16 jul. 2013. Disponível em:<<http://www.infomoney.com.br/blogs/financas-em-casa/post/2868413/dados-apontam-para-crescimento-ciclo-endividamento><http://www.infomoney.com.br/blogs/financas-em-casa/post/2868413/dados-apontam-para-crescimento-ciclo-endividamento>>. Acesso em: out. 2013.

DIZER o Direito. **Disserte sobre a capitalização de juros e as instituições financeiras (Direito Civil)**. Disponível em: <<http://www.dizerodireito.com.br/2012/08/disserte-sobre-capitalizacao-de-juros-e.html>>. Acesso em: out. 2013.

FERREIRA, J.C.; BABILÔNIA, P.A.; BARBOSA, T.K.F.G. A capitalização de juros no nosso sistema jurídico. **Revista Jurídica Virtual**, Brasília, vol. 2, n. 12, maio 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_12/capit-juros.htm>. Acesso em: out. 2013.

GOUVERNEUR, Cédric. **Microcrédito o negócio da miséria**. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1108>>. Acesso em: ago.2012.

HUNT, E.K. **História do pensamento econômico**. Tradução de José Ricardo de Azevedo. 7.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

INSTITUTO de Estudos Para o Desenvolvimento Industrial. Tendências Recentes do Crédito. **Carta IEDI**, n. 538, 21 set. 2012. Disponível em: <http://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_538.html>. Acesso em: out.2013.

IPEA. **Índice de expectativas das famílias**: Brasil e grandes regiões geográficas. Maio 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/IEF/110609_ief10_apresentacao.pdf>. c

LAZZARATO, Maurizio. **A era do homem endividado**. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1108>>. Acesso em: set.2012.

MARINHO, Marcelo Almeida de Moraes. **A capitalizacao dos juros e o conceito de anatocismo**. Curso “Juros - Aspectos Economicos e Jurídicos”. Série Aperfeiçoamento de Magistrados 5. Disponível em: <http://www.emerj.tjrj.jus.br/serieaperfeiçoamentodemagistrados/paginas/series/5/jurosaspectoseconomicos_121.pdf>. Acesso em: out.2013.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 2001.

MENEGHETTI, Antonio. A autossabotagem no inconsciente do empreendedor. **Performance Líder**, 1º Semestre, ano 2, p. 94-107, 2009.

MOL, Bárbara Geiza de Sousa. **A Legalidade da Capitalização de Juros nos Contratos Bancários (Mensal x Anual)**. Disponível em: <http://www.cavalcantimedeiros.adv.br/pdf/a_legalidade_da_capitaliza%C3%A7%C3%A3o_de_juros_nos_contratos_banc%C3%A1rios_-_b%C3%A1rbara_mol_-_maio_2011.pdf>. Acesso em: out.2013.

MONTECLARO, Lauro. **O papel do estado no capitalismo informacional**. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2004/07/285019.shtml>>. Acesso em: set.2013.

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA - MG. Ciclo vicioso gerado por endividamento pode desacelerar economia. Disponível em: <<http://psdb-mg.jusbrasil.com.br/politica/6727217/ciclo-vicioso-gerado-por-endividamento-pode-desacelerar-economia>>. Acesso em: set.2013..

PESQUISA Nacional CNC - Endividamento e inadimplência do consumidor. **PEIC síntese de resultados.** Rio de Janeiro, Jan. 2010 a Dez. 2012. Disponível em: <http://www.cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/peic_agosto_2012.pdf>. Acesso em: set.2013.

PESQUISA Nacional CNC - Endividamento e inadimplência do consumidor. **Percentual de famílias com dívida aumenta em agosto.** Rio de Janeiro, Jan. 2010 a Dez. 2012. Disponível em: <http://www.cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/release_peic_agosto_2012.pdf>. Acesso em: set.2013.

POLÍTICAS socioeconômicas: a inserção no mercado é um dos fatores que explicam as condições de vida das pessoas, mas não o único. Disponível em: <<http://www.arturbruno.com.br/cursos/texto.asp?id=2781>>. Acesso em: ago. 2013.

PULCINE, PAOLA RONCONI et al. O papel do crédito consignado brasileiro para aposentados e pensionistas. In: ENCONTRO LATINO AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 7. , 2008, Vale do Paraíba. **Anais eletrônicos...** Vale do Paraíba: Universidade Vale do Paraíba, 2008. Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2008/anais/arquivosEPG/EPG00886_01_O.pdf>. Acesso em: set. 2013..

REGO, Werson. A concessão do crédito e o endividamento dos consumidores. In: FORUM DE DEBATES FEBRABAN. **Apresentação...** Disponível em: <<http://www.febraban.org.br/7Rof7SWg6qmyvwJcFwF7I0aSDf9jyV/sitefebraban/Apresenta%E7%E3o%20Werson%20Rego.pdf>>. Acesso em: set. 2013.

ROODMAN, David. O microcrédito cria pobres endividados. **Época**, Fev. 2012. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/ideias/noticia/2012/02/david-roodman-o-microcredito-cria-pobres-endividados.html>>. Acesso em: ago. 2012.

SADER, Emir. Capitalismo: o que é isso? **Blog do Emir.** Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Blog/Blog-do-Emir/Capitalismo-o-que-e-isso-/2/23678>>. Acesso em: ago. 2013.

SERASA Experian. **Indicador Serasa Experian da Qualidade de Crédito do Consumidor.** Disponível em:

<http://www.serasaexperian.com.br/release/indicadores/qualid_cred_consumidor.htm>. Acesso em: nov. 2013.

SICSÚ, João. **Dez anos que abalaram o Brasil e o Futuro?** São Paulo: Geração Editorial, 2013.

SICSÚ, João. **A desigualdade em perspectiva.** Revista Carta Capital, Dez. 2012. Disponível em: <<http://www.portuariosdecandeias.org/noticia.php?id=2008>>. Acesso em: jun. 2012.

SINGER, André. O Lulismo e seu futuro. **Jornal Piauí**, Out. 2012.

SPC Brasil. **Sete em cada dez brasileiros não sabem quanto pagam pelas taxas do cartão de crédito.** Publicado 25 jun. 2013. Disponível em: <<https://www.spcbrasil.org.br/imprensa/pesquisas/201-seteemcadadezbrasileirosnaosabemquantopagampelastaxasdocartaodecredito>>. Acesso em: out. 2013.

SPC Brasil. **Oito em cada dez inadimplentes conseguem quitar as dívidas renegociando com os bancos.** Publicado 27 ago. 2013. Disponível em: <<https://www.spcbrasil.org.br/imprensa/pesquisas/257-oitoemcadadezinadimplentesconseguemquitarasdividasrenegociandocomosbancos>>. Acesso em: out. 2013.

TABELA dos valores nominais do salário mínimo. **Guia trabalhista.** Disponível em: <http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo.htm> Acesso em: out. 2013.

TELES. Luiz Donizete. **A capitalização de juros na Tabela Price.** RDZ Formação de Peritos. Disponível em: <<http://www.rdzpericias.com.br/verartigos.php?id=76>>. Acesso em: out. 2013.

TELES. Luiz Donizete. **A Tabela Price e a prática do Anatocismo.** RDZ Formação de Peritos. Disponível em: <<http://www.rdzpericias.com.br/verartigos.php?id=74> http://www.bcb.gov.br/htms/estabilidade/2011_09/refc1p.pdf>. Acesso em: out. 2013.

TOURINHO, Octavio et al. **Os desafios atuais para a economia brasileira.** Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Rio de Janeiro, 2010.

VIANA, Nildo. **O Capitalismo na era da acumulação integral.** Aparecida, SP: Santurário, 2009.

VILLALVA, Wagner. **Ciclo do endividamento**. Disponível em: <<http://wagnervillalva.com/informativo-financeiro/ciclo-do-endividamento/>> Acesso em: set. 2013.

YAZBEK, Priscila. O que realmente acontece com quem não paga as contas. **Exame.com**, 09 maio 2013. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/noticias/o-que-realmente-acontece-com-quem-nao-paga-as-contas>>. Acesso em: out. 2013.

YUNUS, Muhammad. **O banqueiro dos pobres**. Tradução de: Peter Spiegel. Vargem Grande Paulista, SP: Cidade Nova, 2010.

ZERO HORA. **Maioria dos novos usuários de cartão está na periferia**. Porto Alegre, Set. 2012. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/economia/noticia/2012/09/maioria-de-novos-usuarios-de-cartao-esta-na-periferia-3895681.html>>. Acesso em: set. 2012.